

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO PUC-SP

Relatório Final de Pesquisa de Iniciação Científica

O Instituto Ethos e sua influência global na normalização da conduta de
empresas socialmente responsáveis

Processo número: 2011/1975-3

Bolsista:

Hannah Maruci Aflalo

Orientador:

Edson Passetti

SÃO PAULO

2013

RESUMO DO PLANO INICIAL

O Instituto Ethos foi criado em 1998 pelo empresário Oded Grajew, que anunciava como missão: "mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável". Emergiu no momento em que as empresas queriam provar que o lucro não era seu único objetivo, mas que poderia estar combinado com preocupações sociais. Inserido no fluxo penalização a céu aberto, essa pesquisa tem como objetivo levantar e sistematizar material sobre a criação e atuação do Instituto Ethos como normatizador e normalizador das condutas de empresas por meio da responsabilidade social e da avaliação contínua realizada pela produção de sumários e relatórios para certificação de empresas. Insere-se na hipótese de que os investimentos privados em políticas sociais, associando empresas, ONGs e demais componentes da chamada sociedade civil, conformam uma modulação de políticas de controle a céu aberto que ampliam a participação e proporcionam uma maneira de renovar as práticas de empresas em iniciativas pautadas na sustentabilidade, na responsabilidade social e nos investimentos em capital humano. Pretende-se mostrar como as empresas com tais condutas funcionam como efetivos inibidores de resistências.

Palavras-chave: responsabilidade social, controle a céu aberto, sustentabilidade

RESUMO DO PERÍODO

A criação do Instituto Ethos, em 1998, com padrões de conduta trazidos de instituições similares da Europa e dos Estados Unidos, e a realização da I Conferência de Responsabilidade Social nas Américas, em 2001, iniciaram a concretização, no Brasil, do conceito de Responsabilidade Social Empresarial. A partir disso, houve um deslocamento da ação filantrópica, que desde os anos 1960 caracterizava as empresas sociais, para a ação socialmente responsável, característica de um novo tipo de empresa denominado cidadã. O papel do Instituto Ethos nessa passagem é crucial, portanto, essa pesquisa se dedicou a estudá-lo. Por meio do método genealógico de análise das relações de poder e da produção de verdades proposto por Michel Foucault, foi feito o estudo de documentos e notícias produzidos e publicados pelo instituto, além da análise de suas atividades e o mapeamento de seus principais parceiros. A partir desses estudos foi possível montar o mapeamento das articulações e produção de verdades do Instituto Ethos, incluindo-o na governamentalidade neoliberal. Isso nos leva à conclusão que a função de educar e fiscalizar conforma o Instituto Ethos como uma nova institucionalização na sociedade de controle que tem como objetivo governar as condutas empresariais e como prática o policiamento.

Palavras-chave: governamentalidade, responsabilidade social empresarial, policiamento

SUMÁRIO

1. Relatório das atividades	4
2. Relatório científico.....	8
2.1. Introdução	8
2.1.2 Trajetória da pesquisa	11
2.2 Resultados de pesquisa	13
Novas institucionalizações.....	21
Lei de Responsabilidade Social	22
Função policial.....	24
Governmentalização da vida.....	27
A inclusão do meio: o meio ambiente como dispositivo	29
A convocação à participação.....	33
Transparência e responsabilidade	34
A moral e o governo de si	35
Ética da responsabilidade e o princípio de precaução	37
<i>O empreendedor de si</i>	38
2.3 Revisão Bibliográfica.....	40
Responsabilidade social	41
Jogos de Papéis: responsabilidade social e educação	43
<i>Princípio da Precaução: a possibilidade do desenvolvimento sustentável</i>	45
<i>Balanço Social</i>	47
2.4 Instituto Ethos	49
<i>O Instituto Ethos e sua responsabilidade social</i>	50
Uniethos	51
Parceiros.....	52
Tabulação	60
Publicações	63
<i>Relatório de Sustentabilidade Ethos e Uniethos (2008)</i>	64
<i>Carta Empresarial sobre o uso da Biodiversidade Brasileira</i>	73
<i>A Conferência Internacional Ethos 2012</i>	74
<i>“Lançamento do livro Oportunidades e desafios da nova economia”</i>	76
<i>“Indicadores Ethos de 3ª geração e Global Report Initiative”</i>	77
<i>Plenária Ethos</i>	79
Instituto Ethos e parceiros: Rio + 20	79
<i>Propostas das Instituições Signatárias Quanto ao Posicionamento do Brasil, Sociedade Civil e Governo, nas Negociações da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)</i>	80
<i>Compromissos e Demandas para a Construção do Futuro que Queremos</i>	82
<i>Novo Contrato Social</i>	83
3. Resumo e conclusões finais	86
4. Resumo do Planejamento para os próximos doze meses.....	88
Cronograma referente aos próximos doze meses.....	90
5. Bibliografia	91

1. Relatório das atividades

Metodologia

A metodologia utilizada nessa baseia-se na análise genealógica das relações de poder proposta por Michel Foucault e a produção de verdades, que para ele, se dá sempre anteriormente ao da produção de riquezas. Tal método é explicado e diferenciado dos procedimentos de uma história explicativa por Foucault em sua Conferência “*Qu’est-ce que la critique?*” [CONSTA TB, NA ÍNTEGRA, NA SEGUNDA AULA DE a CORAGEM DA VERDADE] realizada em 1978, a qual é citada em *Nascimento da Biopolítica* (2008) da seguinte forma:

Digamos em linhas gerais que, em oposição a uma gênese que se orienta para a unidade de uma causa principal prenhe de uma descendência múltipla, tratar-se-ia aqui de uma genealogia, isto é, de algo que procura reconstituir as condições de aparecimento de uma singularidade a partir de múltiplos elementos determinantes, de que ela aparece não como produto, mas como efeito. Inteligibilização, portanto, mas que cumpre compreender que não funciona segundo um princípio de fechamento. (Foucault, 2008, p.67)

Em *Microfísica do Poder*, o método genealógico aparece como um negação do método positivista e do cientificismo, sendo as genealogias chamadas assim de “anti-ciências” (Foucault, 1979, p.171). Ao entender a instituição do discurso científico e do “conhecimento verdadeiro” (Foucault, 1979, p.171), como ligados a efeitos de poder centralizadores, Foucault se volta, por meio das genealogias, para a ativação dos “saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados” (Foucault, 1979, p.171) em oposição a uma instância teórica que ao hierarquizá-los e ordená-los, pretendia transformá-los em conhecimento verdadeiro. Tal conhecimento, considerado científico, conforma um discurso que, segundo Foucault em *A ordem do discurso*, só é dominado por alguns (Foucault, 1996). Dessa forma, “a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem

desta discursividade” (Foucault, 1979, p.172).

Dessa forma, ao pesquisar o Instituto Ethos e a formação de um discurso socialmente responsável, busquei não apenas documentos oficiais (embora esses tenham também tido grande importância), mas o que é publicizado pelo Instituto Ethos e que corrobora a elaboração do discurso de responsabilidade social e, posteriormente, da produção de riquezas baseada nesse. Dediquei-me, portanto, a investigar a produção de verdades desse instituto, buscando por isso as notícias publicadas por ele, os eventos (desde os mais pequenos e rotineiros até a Conferência Ethos) realizados para empresas, sua participação na Rio+20, seus parceiros, seus projetos.

Orientação

As orientações de Edson Passetti passaram por: encontros periódicos com os bolsistas para apresentação do desenvolvimento da pesquisa, das dificuldades encontradas e o que se pretendia para os próximos meses; assim, foi possível obter indicações bibliográficas para a pesquisa; indicação e fichamento de artigos, livros e teses; seminários dos integrantes do projeto e convidados sobre temas importantes para a elaboração da noção de *ecopolítica*; relatórios bimestrais com resultados de pesquisas e problematizações.

Objetivos, dificuldades e estratégias

Meus objetivos nessa pesquisa foram: sistematizar os documentos produzidos pelo Instituto Ethos; coletar e sistematizar as notícias publicadas no site do instituto; realizar uma sistematização da bibliografia lida e, enfim, buscar entender o papel do Instituto Ethos na consolidação e atualização da responsabilidade social empresarial. Para

tanto, minha estratégia foi a de pesquisar diversos documentos publicados pelo Instituto Ethos e selecionar os considerados relevantes para o entendimento das procedências e do alcance do instituto. Além disso, armazenei as notícias publicadas pelo Ethos e sistematizei-as em uma tabela. Para determinar o alcance fez-se necessário estabelecer quais são as parcerias do instituto e foi nesse ponto que encontrei mais dificuldades, uma vez que essas informações não constavam no site do Instituto Ethos. Para buscar as parcerias usei o Google e cheguei a um outro site do Instituto Ethos: o InternEthos, onde encontrei suas parcerias nacionais e internacionais.

Eventuais alterações sobre o trabalho inicial e justificativas

Houve duas alterações relativas a meu plano de atividades proposto no projeto. A primeira mudança foi o aumento do tempo de mapeamento e sistematização das parcerias do Instituto Ethos. Fiz essa alteração; pois percebi que, para determinar o alcance do Instituto Ethos, seria necessário mais do que os dois meses estipulados inicialmente. Por isso, estabeleci um acompanhamento mensal para identificar as parcerias estabelecidas. A segunda mudança; foi em relação à sistematização das notícias, que estava prevista apenas para a segunda metade da pesquisa. Desloquei a sistematização para o início do mês de maio até o início mês de dezembro, pois julguei que seria necessário o último mês para análise das informações coletadas, o que poderia interferir em algumas de minhas conclusões sobre as atividades do Instituto Ethos.

Atividades acadêmico-culturais e repercussões na pesquisa

No Projeto Temático *Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle*, tabulei notícias do jornal

Folha de S. Paulo relativas ao fluxo de minha pesquisa: Penalização a Céu Aberto. As notícias foram classificadas por data, título, área temática, tema, tipo da notícia (opinativo, reportagem ou entrevista), um pequeno resumo, palavras-chave e a presença de relação com algum dos outros fluxos do projeto: Meio Ambiente, Segurança e Direitos.

Ainda em relação ao projeto, foi publicado um artigo meu sobre minha pesquisa na segunda edição da Revista Ecológica: *O Instituto Ethos e a Responsabilidade social: transparência e monitoramentos*¹. Nesse artigo, publicado em maio, direcionei o foco para a questão do monitoramento e do policiamento incentivado e realizado pelo Instituto Ethos e que será tratado adiante.

Compareci a duas mesas da VIII Semana de Ciências Sociais da USP “Saber(es) em questão: as relações entre produção de conhecimento, poder e política”. Embora não haja ligação direta com meu tema, foi interessante para compreender diferentes abordagens sobre as relações entre poder, saber e política, questão muito presente em minha pesquisa.

Participei da Conferência Internacional Ethos 2012 “A empresa e a nova economia: o que muda com a Rio+20?”, que se trata de um evento organizado pelo Instituto Ethos no qual há a participação das empresas . O tema da conferência, nesse ano, foi a Rio+20, e o objetivo que se elaborasse, em conjunto com as empresas, um documento para ser levado à Rio+20. Participei de três mesas da Conferência: “Lançamento do livro Oportunidades e desafios da nova economia”, “Indicadores Ethos de 3ª geração e Global Report Initiative” e “Plenária Ethos para a Rio+20”. Comparecer à

¹ Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/9086>. Acesso em 23/02/2013

conferência foi importante para entender, na prática, como o Instituto Ethos se comunica com as empresas e como a relação de monitoramento é estabelecida.

2. Relatório científico

2.1. Introdução

A emergência e a concretização da Responsabilidade Social Empresarial no Brasil se dá com criação do Instituto Ethos, em 1998, seguindo padrões de conduta trazidos de instituições similares da Europa e dos Estados Unidos, e a posterior realização da I Conferência de Responsabilidade Social nas Américas, em 2001. Embora [a] publicação da *Carta De Princípios Do Dirigente Cristão De Empresas*, em 1965, pela Associação de Dirigentes Cristãos tenha introduzido uma consciência social empresarial, essa configurava uma filantropia, a qual caracterizava as empresas sociais, ainda muito distinta do que se entende hoje por Responsabilidade Social Empresarial. A ação socialmente responsável é característica de um novo tipo de empresa denominado cidadã.

De acordo com Antonio Carlos Martinelli (1997), as empresas podem ser classificadas em um processo de evolução ao longo do tempo. Para tanto, o autor propõe três estágios: o primeiro remete à empresa antes dos anos 1970, que se resume a um negócio, um instrumento de interesses para o investidor; o segundo é o que se refere à empresa “como organização social que aglutina os interesses de vários grupos de *stakeholders* - clientes, funcionários, fornecedores, sociedade (comunidade) e os próprios acionistas – e mantém com eles relações de interdependência”²; e, por último, a empresa-cidadã de hoje “que opera sob uma concepção estratégica e um compromisso ético,

² Consultado no site Agenda21 Empresarial www.agenda21empresarial.com.br. Acesso em 03 fev. 2012

resultando na satisfação das expectativas e respeito dos parceiros”³. Essa cidadania faz com que as empresas aglutinem responsabilidades que ultrapassam o interesse empresarial original, de gerar capital para os investidores, e a política assistencialista característica da empresa social. A empresa-cidadã, ainda de acordo com Martinelli, assume uma posição pró-ativa, acrescentando ao seu papel de agente econômico o de agente social. Essa transferência de responsabilidades é acompanhada da “pressão pela saída do Estado de setores tradicionais de atuação e regulação; e reafirmação dos valores liberais e de mercado”⁴.

Para localizar o Instituto Ethos na concretização do discurso socialmente responsável, fez-se necessário pesquisar os anos anteriores à sua criação e entender como se deu a formação do chamado Terceiro Setor. Esse setor surge na década de 1990 como uma transferência das atividades não-exclusivas do Estado para setores não-estatais, uma vez que o Estado se mostra incapaz de atender à todas as demandas da sociedade. Coloca-se em questão quanto o Estado deve intervir e quanto deve ceder para outros setores. A lei que institui as OSCIPs, certificação concedida à ONGs, segundo a qual o instituto se enquadra, é resultado dessa transferência de atividades e precede a criação do Instituto Ethos. Esse foi entendido nessa pesquisa como uma nova institucionalização que se constrói em torno do discurso socialmente responsável, cujo papel é conduzir a conduta empresarial, educando e fiscalizando.

Como será evidenciado nesse relatório, o Instituto Ethos é uma nova institucionalização que se dá na sociedade de controle e compõe a governamentalidade neoliberal. Esse instituto possui uma função policial, a qual incentiva o monitoramento

³ Idem

⁴ Idem

voluntário entre as empresas e se justifica na medida em que a transparência é considerada uma virtude a qual todas as empresas devem perseguir. A convocação à participação e o enaltecimento dos conceitos de transparência, responsabilidade e moderação estão entre as características das novas tecnologias da sociedade de controle presentes nas novas institucionalizações e são objetos de estudo nessa pesquisa.

De acordo com o que me propus esses doze meses de pesquisa foram dedicados às seguintes atividades: levantamento bibliográfico tanto para análise do conteúdo pesquisado como para obter informações sobre responsabilidade social; produções, relações com parceiros e produção de verdades do Instituto Ethos; revisão de leis e acordos firmados responsáveis pela criação das ONGs e OSCIPs; análise das informações levantadas, situando-as na racionalidade neoliberal. Para o levantamento bibliográfico, os títulos e obras foram pesquisados na biblioteca da PUC-SP e na biblioteca da FFLCH-USP e outros foram retirados do acervo de livros do Projeto Temático Fapesp, por indicação do orientador. Após o levantamento de livros importantes para a pesquisa, fiz um fichamento dos capítulos que li, dividindo-os em objetivos do texto lido, um apanhado geral com citações do texto e considerações minhas sobre o que li para incluir em minha pesquisa.

Para entender como se dá a produção de verdades do Instituto Ethos, tabulei as notícias publicadas no site do Instituto entre os meses de maio e dezembro de 2012. Minha intenção, com isso, foi a de buscar como se dá a produção de conhecimento e como ele articula o discurso de responsabilidade social. Na internet, o Google foi a ferramenta principal para a seleção de sites. O principal site que acessei foi o do próprio instituto, para obter informações e acessar as notícias publicadas. O Google foi uma

ferramenta para buscar os parceiros nacionais e internacionais do Instituto Ethos, os quais são listados no site do instituto, mas sem informações detalhadas a respeito de cada parceiro.

2.1.2 Trajetória da pesquisa

O início da pesquisa sobre o Instituto Ethos e sobre responsabilidade social empresarial se deu a partir de um questionamento sobre a obrigatoriedade da prestação de contas. A constatação de que não havia ainda uma lei instituindo a necessidade da apresentação das atividades sociais da empresa me fez pensar sobre o porquê então da adesão de muitas – entre elas as maiores corporações nacionais – a um padrão de conduta orientado para a responsabilidade social. Como o Instituto Ethos cumpre um papel de direcionar e ensinar as empresas para esse caminho e tem um grande alcance tanto nacional como transnacional, considerei-o um bom objeto de estudo para entender a relação não-obrigatoriedade da prestação de contas/desejo de prestar contas.

A partir daí, notei que poderia entender essa relação por meio de duas formas: 1. o acompanhamento das verdades produzidas e mobilizadas pelo Instituto Ethos; 2. o acompanhamento da influência dessas verdades nas empresas e empresários. Da parte do Instituto Ethos tabulei as notícias veiculadas no site do instituto, uma vez que as entendi como expressão das verdades produzidas e das verdades reforçadas, compareci à Conferência Internacional Ethos, fiz um levantamento de parceiros do instituto e pesquisei a participação do Ethos na Rio+20. Em relação às empresas, pesquisei balanços sociais, a participação das empresas nas atividades realizadas pelo Instituto Ethos e a atuação e posicionamento das empresas na Conferência Internacional Ethos. A partir

dessa investigação comecei a entender o papel do Instituto Ethos como modulador da necessidade e do desejo da responsabilidade e como um antecipador da lei.

Nos documentos produzidos pelo instituto e na Conferência Ethos está presente a ideia de que o balanço social, enquanto forma de apresentar a empresa publicamente, é benéfico pois: a) garante sua competitividade; b) dá exemplo para outras empresas; c) ajuda a própria empresa a melhorar seu desempenho social; d) antecipa o enquadramento a uma futura lei de responsabilidade social.

Para as empresas a justificativa não é tão clara, apesar de ser apresentado um consenso em relação à responsabilidade social e ao desenvolvimento sustentável. De um lado não existe mais um espaço para se colocar publicamente contra esses ideais, de outro lado, fica difícil entender até que ponto esse consenso é formado, pois existe a consciência de uma lei futura e até que ponto é desejo das empresas serem fiscalizadas, pois acatam uma responsabilidade para si.

Na Conferência Internacional Ethos a formação de diversos consensos em relação à responsabilidade empresarial e ao desenvolvimento sustentável foram apresentados (e de certa forma impostos):

1. a responsabilidade social pode ser uma resposta para a crise mundial e é uma necessidade que não pode mais ser adiada;
2. todos querem um desenvolvimento sustentável, igual e incluyente;
3. o desenvolvimento sustentável é capaz de reduzir as desigualdades entre os países e dentro deles;
4. o investimento em energia renovável é indiscutível, deve ser feito;

5. as empresas tem papel determinante na mudança da sociedade em direção à igualdade.

São esses consensos, acompanhados das noções de transparência e participação, tidas com virtudes que guiam o policiamento entre as empresas e dentro delas, fazendo com que esses sejam os bens e virtudes a serem perseguidos. Essa Conferência instigou novas questões nessa pesquisa, que serão apresentadas e discutidas nesse relatório.

2.2 Resultados de pesquisa

A criação do Terceiro Setor

Para mapear as procedências que levaram à criação das OSCIPs e do discurso socialmente responsável, fiz o levantamento de documentos e leis que apontam para a criação de um Terceiro Setor. O primeiro documento que me pareceu relevante para entender esse processo foram o *Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado* elaborado em 1995, durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, o qual resultou posteriormente em uma lei, e uma lei que determina a criação das OSCIPs.

Reforma do Estado – 1995 (Terceiro Setor)

Tendo como ponto de partida e justificativa para a mudança a crise inflacionária que se dera entre as décadas de 1980 e 1990, tal documento coloca em questão os modelos de desenvolvimento adotados por governos anteriores, que de acordo com o presidente Fernando Henrique Cardoso, desviaram as funções básicas do Estado para o setor produtivo resultando na deterioração dos serviços públicos e na inflação. É proposto então um novo modelo de desenvolvimento que sustente o crescimento econômico e atenuar as desigualdades sociais e regionais. Em oposição a um sistema “racional-

burocrático” propõe-se uma “administração pública que chama gerencial baseada em conceitos atuais de administração e eficiência, voltada para o controle dos resultados e descentralizada para poder chegar ao cidadão, que, numa sociedade democrática, é quem dá legitimidade às instituições e que, portanto, se torna “cliente privilegiado” dos serviços prestados pelo Estado” (Brasil, 1995).

Nesse ponto, é importante deixar claro o que se entende por sociedade nesse documento e como essa é entendida nesse relatório. No documento em questão, sociedade e Estado são considerados, em uma democracia, um “todo indivisível” (Idem). O Estado, que tem na Constituição suas competências e limites definidos, concede à população seu poder de legislação e tributação por meio do processo eleitoral. A sociedade, por outro lado, completando o “diálogo democrático” (Idem), manifesta seus desejos por canais, formais ou informais, de contato com as autoridades.

Tal diálogo colocado no Plano Diretor é entendido aqui de outra forma, muito diferente de uma troca supostamente baseada na igualdade. Em primeiro lugar, o conceito de sociedade civil, no liberalismo, é “um conjunto que os envolva [o conjunto de sujeitos de direito e o conjunto de sujeitos de direito], fazendo aparecer não só sua ligação ou sua combinação, mas também toda uma série de outros elementos, assim como interesses que não sejam redutíveis aos interesses econômicos” (Lazzarato, 2011, p.16). O conjunto que une o *homo oeconomicus* ao *homo juridicus* é o que permite uma governamentalidade (esse conceito será explicado adiante, mas pode ser definido, por ora, como as artes de governar), essa sim, indivisível, a qual se exerce *sobre* a sociedade civil, e não *com* ela. A sociedade, portanto, faz parte da tecnologia moderna de governo, a qual lhe é produto (Lazzarato, 2011). Ela é o lugar de resolução do antagonismo entre a política e a

economia. O liberalismo (e o neoliberalismo) revela-se, portanto, uma arte de governar (Lazzarato, 2011).

Tendo colocado as diferenças possíveis na compreensão de sociedade civil e de sua relação com o Estado, é preciso agora, para prosseguir no documento em questão, entender o que é o mercado para o neoliberalismo e pensar sua relação com a sociedade. A questão que permeia o Plano Diretor é: quanto e como o Estado deve intervir na sociedade e na economia. O mercado, que nessa visão nada tem de espontâneo ou natural, é o lugar da concorrência, ao invés da troca; da desigualdade, ao invés da igualdade. Diferentemente do liberalismo clássico, o neoliberalismo dá lugar para a intervenção a favor dos mecanismos de concorrência. O governo deve intervir *para* o mercado e *sobre* a sociedade:

O governo neoliberal deve agir sobre a própria sociedade na sua trama e na sua espessura levando em conta os, e até mesmo se responsabilizando pelos, processos sociais para dar lugar, no interior desses processos, a um mecanismo de mercado (Lazzarato, 2011, p.18).

A concorrência torna-se assim reguladora do social e a dependência de ambas é determinante: “se uma delas apresenta funcionamento irregular, é inevitável que nos depararemos com uma crise” (Brasil, 1975). A reforma do Estado passa, portanto, por uma redefinição da relação entre Estado e mercado, uma vez que irregularidades nesse âmbito levam à crise no social. Surge então um problema a se equacionar: quais demandas o Estado falha em responder e, entre essas, quais devem ser transferidas para outros setores.

No Brasil esta questão adquiriu importância decisiva, tendo em vista o peso da presença do Estado na economia nacional: tornou-se, conseqüentemente, inadiável equacionar a questão da reforma ou da reconstrução do Estado, que já não consegue atender com eficiência a sobrecarga de demandas a ele dirigidas, sobretudo na área social. A

reforma do Estado não é, assim, um tema abstrato: ao contrário, é algo cobrado pela cidadania, que vê frustrada suas demandas e expectativas (Brasil, 1975).

É nesse vácuo de governo que setores não-estatais irão ganhar espaço com a possibilidade de exercer as atividades não-exclusivas do Estado. Este processo de descentralização para o setor público não-estatal “da execução de serviços que não envolvem o exercício de poder do Estado, mas devem ser subsidiados pelos Estado” (Idem) é chamado de “publicização” (Idem). Trata-se de estabelecer uma relação entre Estado e sociedade baseada no financiamento e no controle. O Estado reduz, portanto, seu papel de prestador de serviços e executor, aumentando, em contrapartida, seu papel de regulador e fiscalizador.

Nesse contexto, há um deslocamento para uma administração pública gerencial, onde a cidadania e a participação são colocadas como os principais mecanismos de defesa da “coisa pública” (Idem). Esse tipo de administração tem seu primeiro momento em 1967, quando há uma “tentativa de superação da rigidez burocrática” (Idem, p.19) por meio do Decreto-Lei 200.

Essa administração pública gerencial que começa a se delinear na década de 1990 “inspira-se na administração de empresas, mas não pode ser confundida com esta última” (Brasil, 1975, p.16), pois a primeira está direcionada para a maximização do lucro, enquanto a última é voltada diretamente para o interesse público. Nota-se que a divisão empresas/lucro, Estado /sociedade é ainda, ao menos teoricamente, clara. No entanto, por mesmo documento é criada a condição para o entrelaçamento sem volta desses quatro

fatores. O cidadão, diante do Estado-empresa na administração pública gerencial, é visto como cliente de seus serviços, os quais se estenderão para o setor público não-estatal.

O documento em questão determinará a transferência de diversas atividades estatais denominadas não-exclusivas para outros setores chamados de público não-estatal. Os serviços não-exclusivos do Estado são detalhados no Plano Diretor da seguinte forma:

Corresponde ao setor onde o Estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não-estatais e privadas. As instituições desse setor não possuem o poder de Estado. Este, entretanto, está presente porque os serviços envolvem direitos humanos fundamentais, como os da educação e da saúde, ou porque possuem “economias externas” relevantes, na medida em que produzem ganhos que não podem ser apropriados por esses serviços através do mercado. As economias produzidas imediatamente se espalham para o resto da sociedade, não podendo ser transformadas em lucros. São exemplos deste setor: as universidades, os hospitais, os centros de pesquisa e os museus. (Brasil, 1995, p.42)

As organizações públicas não-estatais são definidas como “organizações sem fins lucrativos, que não são propriedade de nenhum indivíduo ou grupo e estão orientadas diretamente para o atendimento do interesse público” (Idem, p.43). Tal propriedade é colocada como a mais apropriada para assumir os serviços não-exclusivos pois deixa mais fácil e direto o controle social e, conseqüentemente, a participação, favorecendo a parceria entre Estado e sociedade. As organizações públicas não-estatais que assumirem serviços sociais são chamadas nesse documento com o nome especial de “organizações sociais”. Assim é feita uma delimitação de funções: para o Estados as capacidades administrativas e reguladoras, para as organizações sociais os serviços não-exclusivos, para as empresas e a iniciativa privada em geral a produção de bens e serviços para o

mercado. Como veremos adiante, no entanto, essas delimitações serão atravessadas constantemente entre si.

Lei nº 9.637/98 (Organizações sociais)

Três anos após a elaboração do Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estados, ainda na gestão de Fernando Henrique Cardoso, é promulgada uma lei que dispõe sobre as organizações sociais e sobre o Programa Nacional de Publicização (de transferência de funções do Estado para o setor público não-estatal). No Artigo 1º dessa lei consta:

Art.1º O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei. (Lei nº 9.637/98)

Essas organizações terão o compromisso de prestação de contas para o Estado por meio de relatório anual no Diário Oficial da União. Em relação à proporção de integrantes da administração de uma organização social, essa deve ser de: 20 a 40% de membros representantes do Poder Público, 20 a 30% de membros representantes de entidades da sociedade civil, até 10% de membros eleitos entre os membros ou associados (no caso de associação civil), 10 a 30% de membros eleitos pelos demais integrantes do conselho e até 10% de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida pelo estatuto. Esses dados mostram que o processo de publicização é, na verdade, também bastante estatal no que diz respeito à função reguladora do Estado.

É nessa lei que se institui a criação do *Plano Nacional de Publicização* cujo objetivo é “estabelecer critérios e diretrizes para a qualificação de organizações sociais

(...) observadas as diretrizes: (I) ênfase no atendimento do cidadão-cliente; (II) ênfase nos resultados, qualitativos e quantitativos nos prazos pactuados; (III) controle social das ações de forma transparente.” (Idem, Art. 20). A transparência e o controle aparecem nesse documento como pré-requisitos para que ocorra a transferência de atividades do Estado para outros setores: tal passagem não pode se dar sem a regulação estatal.

Se no Plano Diretor de 1995 o Terceiro Setor começa a se delinear, é com essa lei que ele é instituído, uma vez que ela coloca os limites e as funções que o setor deverá exercer. Desde sua criação, a forte ligação do Terceiro Setor com o Estado é clara e expressa por meio da fiscalização.

Lei nº 9.790/99 (OSCIPs)

A lei que dispõe sobre as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pode ser entendida como uma extensão do processo de publicização. No entanto, essa certificação concedida à ONG's pelo poder público federal não se aplica às organizações sociais definidas na lei de 1997, ainda que estas se dediquem às atividades consideradas critério para adquirir a certificação. Essa lei, portanto, é entendida como um movimento que se dá paralelamente às organizações sociais, mas também como resultado de um processo de transferência de atividades do Estado para outros setores, contribuindo para a formação e ampliação do Terceiro Setor.

Para qualificar-se como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, é necessário que a pessoa jurídica siga determinados requisitos. Essa lei instituiu a concessão do título de OSCIP à ONG's que preenchem esses requisitos e foi sancionado no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, em março de 1999. Ela detalha as

exigências, dentre as quais no mínimo uma deve ser preenchida, para obter-se a certificação. Consta no Art.3º da Lei 9.790 finalidades às quais os objetivos sociais da pessoa jurídica que almeja a certificação de OSCIP devem corresponder. Entre essas finalidades estão: a promoção da assistência social, a promoção gratuita da educação, a promoção gratuita da saúde, promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais ⁵. Em outras palavras, OSCIP's "são entidades privadas atuando em áreas típicas do setor público, e o interesse social que despertam merece ser, eventualmente, financiado, pelo Estado ou pela iniciativa privada, para que suportem iniciativas sem retorno econômico" ⁶.

Nota-se a transferência de funções que inicialmente cabiam ao Estado à iniciativa privada, o que dá continuidade ao processo iniciado em 1995 de descentralização de tarefas do Estado, fazendo com que ele seja dividido com outros setores não-estatais. Porém, não é possível vislumbrar um enfraquecimento do Estado, pois, embora alguns de seus papéis tenham sido (e continuam sendo) terceirizados, o governo não deixa de ter proximidade e controle dessas instituições, que dependem de seu assentimento por meio das regulações e regulamentações.

O Estado de Direito é pré-requisito básico para que se concretize o desenvolvimento da sociedade civil com auxílio do setor privado e do setor público não-estatal. A cidadania não é apenas a possibilidade da inclusão, mas um direito que é apresentado pelo Estado e reforçado pela sociedade civil como dever, uma vez que garantir a cidadania é uma maneira de se precaver e impedir que haja a possibilidade de

⁵ Lei 9790/99. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm . Acesso em 10 dez. 2011.

⁶ OSCIP, o que é. Disponível em : www.sebraemg.com.br/culturadacooperacao/oscip/02.htm . Acesso em 25 nov. 2011

surgirem ameaças radicais aos governos, considerando-se um limite bem demarcável chamado de *alternativo*. Essa parceria entre Estado e sociedade civil é o que permite a administração da contestação que, na medida em que sejam revestidas pelos direitos, serão previamente evitadas e administradas.

O apelo à participação da sociedade só pode ocorrer na medida em que os direitos são garantidos, portanto, a relação entre a população e as organizações sociais, ONGs, e empresas é mediada pelo poder público e por outras instituições, como o Instituto Ethos, uma OSCIP, que as apresentam de forma pública.

Novas institucionalizações

O Instituto Ethos é criado após a Lei das OSCIPs, em 1998, assumindo um papel que seria exclusivo do Estado: o de fiscalizar e de educar. No entanto, não se trata de uma invasão de um âmbito estatal (ou das chamadas atividades exclusivas do Estado), pois essa regulação não possui caráter de obrigatoriedade. Essa função, que se diferencia e amplia aquela proposta no projeto de publicização, é direcionada à iniciativa privada, às empresas. Por isso, o Instituto Ethos será considerado uma nova institucionalização na sociedade de controle.

A passagem da sociedade disciplinar, situada por Michel Foucault, para a sociedade de controle, apontada por Gilles Deleuze, não marca o esgotamento de uma pela outra, mas trata-se de uma passagem em que elementos permanecem e se constituem novas relações de governo. Assim, na sociedade de controle as relações de poder que se davam em rede, como mostrou Foucault em *A ordem do discurso*, agora, são atravessadas por fluxos. Expandem-se novas institucionalizações, construídas a partir de uma

produção anterior de verdades que se mantém sempre em aberto. Essas institucionalizações, das quais o Instituto Ethos faz parte, possuem novas características que as distinguem das institucionalizações disciplinares: “Foucault nos colocava diante do possível na ultrapassagem da sociedade disciplinas e do inevitável decorrente das novas institucionalizações em aberto ou inacabadas da atual sociedade de controle” (Passetti, 2011, p.129).

Essa nova institucionalização vai explicitar, junto com outros fatores, as intersecções que antes pareciam não existir entre a empresa e o social, sendo esse último não apenas uma parte das atividades empresariais, mas seu alvo.

Lei de Responsabilidade Social

A Lei de Responsabilidade Social é entendida aqui como expressão da emergência de novas formas de institucionalização em torno do discurso da responsabilidade socioambiental. Uma vez que as atividades de OSCIPs não estão dissociadas das estatais, e que impor deveres é ainda função exclusiva do Estado, a aprovação de uma lei de responsabilidade social mostraria e intensificaria ainda mais as óbvias intersecções entre o Estado e o Terceiro Setor.

O Instituto Ethos acompanha a tramitação de projetos de políticas indutoras de responsabilidades sociais direcionadas a empresas em discussão no Congresso Nacional, uma vez que essas leis contribuem para consolidar esse discurso que sustenta o Instituto Ethos enquanto nova institucionalização. O projeto de lei 1305/2003 que “dispõe sobre a responsabilidade social das sociedades empresárias e dá outras providências, criando a Lei de Responsabilidade Social, bem como o Conselho Nacional de Responsabilidade

Social, que será o órgão regulador e fiscalizador.”⁷, está arquivada na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

O projeto de lei tem como objetivos o estabelecimento de transparência e regras de responsabilidade social além do estabelecimento da obrigatoriedade do Balanço Social. Para tanto, as Sociedades Empresárias devem criar uma Comissão de Ética e Responsabilidade Social com no mínimo cinco membros para “ i) elaborar e publicar o Balanço Social; ii) acompanhar a elaboração dos estudos e relatórios exigidos pelo Conselho Nacional de Responsabilidade Social; iii) fiscalizar a aplicação das normas legais de Responsabilidade Social, em conjunto com os órgãos de controle e *compliance* da Sociedade Empresária.”⁸. A lei determina também as informações que o Balanço Social deve conter.

A lei idealizada pelo sociólogo Rudá Ricci seria destinada ao próprio Estado e à ONGs, OSCIPs e outras instituições que desenvolvam parcerias com o governo, de forma que haja um controle de todos esses pela sociedade civil. Os entraves à implantação dessa lei residem na estrutura política brasileira que tem sempre como ponto central a ação das agências federativas, por isso, o “centralismo da política institucional brasileira foi observado, ainda, em estudo de Marta Arretche. A autora sugere que todas as políticas sociais descentralizadas surtiram efeito a partir da pressão ou premiação dos órgãos centrais de governo, revelando a permanência da centralidade do executivo federal na determinação e condução das políticas sociais, mesmo quando descentralizadas” (Ricci,

⁷ Disponível em: <http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3485&Alias=ethos&Lang=pt-BR>. Acesso em: 10 dez. 2011.

⁸ Projeto de lei 1302/2003. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=116417>. Acesso em: 08 dez. 2010.

2004, p.4). A descentralização e a publicização contidas no Projeto de Reforma do Aparelho de Estado, portanto, tem suas limitações. A descentralização de funções do Estado não significa a respectiva descentralização de seu poder, “já que são as táticas de governo que, a cada instante, permitem definir o que deve ser do âmbito do Estado e o que não deve, o que é público e o que é privado, o que é estatal e o que é não-estatal.” (Foucault, 2008b, p.145)

Função policial

Como podem ser notadas no projeto de Lei de Responsabilidade Social a fiscalização e a transparência, a serem alcançadas por meio do Balanço Social, são elementos centrais na normatização da atitude socialmente responsável. Sendo assim, é necessário que todas as empresas participem vigiando umas às outras e garantindo que todas estejam seguindo a conduta transparente e socialmente responsável. Nesse sentido, é possível fazer uma aproximação da função de controle assumida pelas empresas em prol do “bem social” com uma função policial.

Trata-se, porém, não da função policial relacionada à polícia moderna, mas à polícia dos séculos XV e XVI, que foi criada não apenas para garantir a ordem e reprimir revoltas, mas para assegurar a saúde, a higiene e os padrões urbanos das populações. Essa polícia tem como procedência o *poder pastoral*. Em *O sujeito e o poder* (1982) Foucault situa o *poder pastoral* da seguinte maneira: “esta forma de poder é orientada para a salvação (por oposição ao poder político). É oblativa (por oposição ao princípio da soberania); é individualizante (por oposição ao poder jurídico); é co-extensiva e em continuidade à vida; está ligada à produção da verdade – a verdade do próprio indivíduo” (Foucault, 2009, p.7).

A orientação do poder pastoral para a salvação, segundo Foucault, é mantida enquanto função no Estado moderno. No entanto, essa salvação não está mais direcionada à salvação no outro mundo, mas nesse mundo. Esse termo adquire, então, novo significado como “saúde, bem-estar (isto é, riqueza suficiente, padrão de vida), segurança, proteção contra acidentes” (Foucault, 2009, p.7). Essa “antiga tecnologia de poder”, originada nas instituições cristãs, segundo Foucault, foi incorporada pelo Estado moderno ocidental como uma nova forma de política.

A nova forma de *pastorado* se manifestava no Estado moderno de várias formas e era exercida tanto por aparelhos do Estado como pela polícia, mas também “(...) o poder se exercia através de empreendimentos privados, sociedades para o bem-estar, de benfeitores e, de um modo geral, de filantropos” (Foucault, 2009, p.7). Essa função do poder pastoral está presente também hoje, dentro do neoliberalismo. Esse poder pastoral, desde sua emergência, não se extinguiu completamente, mas se atualizou de forma a manter-se presente, e pode ser identificado nas atividades delegadas pelo Estado à iniciativa privada. É na responsabilidade social conferida às ONGs e empresas que se encontra a função pastoral de dirigir condutas, na medida em que “o Estado não é mais o planejador da economia e a instituição responsável pela correção das desigualdades sociais” (Augusto, in Castelo Branco, Veiga-Neto, 2011, p.23). Embora a função religiosa relacionada à salvação tenha sido modificada, há ainda resquícios da influência cristã do poder pastoral em algumas práticas. Se tomarmos o discurso da responsabilidade social das empresas como exemplo, devemos nos remeter à Associação de Dirigentes Cristãos, que publicou, em 1965, a *Carta De Princípios Do Dirigente Cristão De Empresas*. Tal documento delineava um modelo de empresa social e

direcionava as condutas dos dirigentes de empresas tendo como base os princípios cristãos. Ao promover o desenvolvimento espiritual e material do homem, a iniciativa da ACDE mantém alguns dos aspectos do poder pastoral tradicional enquanto “uma forma de poder que não cuida apenas da comunidade como um todo, mas de cada indivíduo em particular, durante toda a sua vida” (Foucault, in Dreyfus, Rabinow, 1982, p.6). Esse poder busca dirigir as atitudes dos empresários de acordo com a verdade cristã.

A produção de verdade, colocada por Foucault ligada ao poder pastoral, é instrumento chave para a direção das condutas e para a gestão das políticas sociais. O discurso de responsabilidade socioambiental comporta um *regime de verdade* que é atualizado pelas institucionalizações que se constituíram em volta desse, como o Instituto Ethos. O Instituto Ethos educa e direciona as empresas, atualizando a prática da filantropia “como compaixão cívica”⁹. O policiamento, que se dá não só nesse âmbito, mas perpassa todas as nossas relações, se expressa também nas relações entre empresas, sociedade civil e Estado, constituindo uma *polícia da vida*. Segundo Edson Passetti, “uma polícia da vida começa a tomar vulto quando cada cidadão está convocado a participar, cuidando dos vivos em sua área, das condutas de cada um” (Passetti, in Castelo Branco, Veiga Neto, 2011, p.132), configurando o “controle dos outros”. Todos estão convocados a participar: as empresas, ao desempenharem políticas sociais e apresentarem-se de forma transparente à sociedade por meio de balanços sociais; e a sociedade civil, ao vigiar o desempenho social dessas empresas e do Estado.

⁹ Esse conceito é utilizado pelo autor Richard Sennett em *Carne e Pedra* (1997). Para ele, compaixão cívica é algo que é incentivado não por um ato ético ou vontade geral, mas por uma carência que se dá pelo desvio do homem em relação à compreensão religiosa. Diante de uma situação desesperadora, o desejo de agrupar-se é uma forma de reaproximação.

Governamentalização da vida

A noção de governamentalidade colocada por Foucault na década de 1970 apresenta-se em sua forma arcaica no poder pastoral descrito acima. Foucault utiliza o termo governamentalidade para pensar o problema do governo, as maneiras de governar. Para entender esse termo, é importante notar que, para Foucault, o termo governo abarca a ação do Estado sobre a população e o território (governo político), mas não se limita a isso, estendendo-se também ao governo de si (ética) e à relação entre governo de si e governo dos outros (Castro, 2009, p.191). Foucault define governamentalidade das seguintes formas:

1) O conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma de exercício do poder que tem, por objetivo principal, a população; por forma central, a economia política; e, por instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança. 2) A tendência, a linha de força que, por um lado, no Ocidente, conduziu à preeminência desse tipo de poder que é o governo sobre todos os outros: a soberania, a disciplina, e que, por outro, permitiu o desenvolvimento de toda uma série de saberes. 3) O processo, ou melhor, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça na Idade Média converteu-se, durante os séculos XV e XVI, no Estado administrativo e finalmente no Estado *governamentalizado*. (Foucault, 1994, *apud*, Castro, 2009, p.190-191)

Em *Microfísica do Poder* (1979), ao pensar a obra de François de la Mothe La Vayer (*L'oeconomie du Prince*, 1653), Foucault coloca as distinções de três formas de governo feitas pelo autor: o governo de si (a moral), o governo da família e da casa (a economia) e o governo do Estado (a política). Essas três formas de governo tem sua continuidade assegurada de forma ascendente: aquele que governa bem a si mesmo governará bem sua família, sua casa e, conseqüentemente, o Estado; e de forma descendente: aquele que governa bem o Estado terá capacidade de governar a casa, a

família e a si mesmo. A continuidade ascendente é garantida pela pedagogia do Príncipe, enquanto a descendente, pela polícia. A economia encontra-se sempre entre essas continuidades, como elemento central. Portanto, tanto no século XVI como no XVIII, “A arte de governar, tal como aparece em toda esta literatura, deve responder essencialmente à seguinte questão: como introduzir a economia – isto é, a maneira de gerir corretamente os indivíduos, os bens, as riquezas no interior da família – ao nível da gestão de um Estado?” (Foucault, 1979, p.281).

O sentido do termo economia se modifica entre os séculos XVI e XVII, quando adquire seu sentido moderno. No século XVI, economia se referia a uma forma de governo, já no século XVIII, a economia é o objetivo principal do governo, ela torna-se, segundo Foucault, um nível de realidade (1979). A modificação do sentido do termo economia acompanha a mudança do que se governa. A partir daí, o objeto do governo não é mais apenas o território, no qual as pessoas e as coisas são apenas variáveis, mas as pessoas, suas relações entre elas, com bens, riquezas, recursos, território, fronteiras. A finalidade do governo, diferentemente da soberania, na qual a finalidade está em si mesma, está nas coisas que são governadas e na maximização e intensificação dos processos que se dirige. Essa ruptura do Estado de justiça na Idade Média, transformado em Estado administrativo nos séculos XV e XVI, para um Estado “governamentalizado” no século XVIII foi o que permitiu ao Estado sobreviver” (Foucault, 2008b, p.144-145). Tal ruptura determina a passagem “de uma arte de governar para uma ciência política, a passagem de um regime dominado pelas estruturas de soberania a um regime dominado pelas técnicas do governo” (Foucault, 2008b, p.141).

No entanto, nem a soberania nem a disciplina foram eliminadas. Trata-se da

emergência de uma sociedade baseada no triângulo soberania-disciplina-gestão governamental, tendo essa última como alvo a população e como mecanismos essenciais os dispositivos de segurança. A governamentalização das relações do Estado sobre a população, da população em sua relação com bens, riquezas, território, fronteira, e entre os cidadãos está sendo ampliada de modo a envolver a noção de meio ambiente.

A inclusão do meio: o meio ambiente como dispositivo

Como descrito acima, é a partir do século XVIII que o alvo do governo torna-se a população e os meios para realizá-lo são os dispositivos de segurança. Essa tecnologia de governo, essas técnicas de poderes, configuram a biopolítica, a qual “tende a tratar ‘a população’ como um conjunto de seres vivos e coexistentes, que apresentam características biológicas e patológicas específicas.” (Foucault, 2008b, p.494). A biopolítica passou, no século XXI, por transformações que configuram hoje um novo alvo da governamentalidade, fazendo-se possível pensar o meio ambiente como uma tecnologia de poder. O artigo de Beatriz Scigliano Carneiro, “A construção do dispositivo meio ambiente”, mostra detalhadamente como se dá esse processo, o qual considero de grande importância pra entender o Instituto Ethos como uma nova institucionalização. Essa seção terá como base esse artigo.

No século XVIII, as técnicas de segurança da biopolítica sofreram forte influência do *meio*, o qual tem seu significado original, que provém da física, deslocado, transformando-se no “fator de ordenamento da natureza da população humana” (Carneiro, 2012, p.7). As técnicas de poder da biopolítica são dirigidas então a esse *meio*,

no qual são introduzidos os mecanismos de segurança. No século XXI, no entanto, a relação entre meio e população se modifica, as pessoas passam a desenvolver maior participação em relação ao meio. A mudança nessa relação acompanha uma mudança na biopolítica, indicada pela transformação do meio ambiente em dispositivo. Como apontado no artigo, essa modificação acontece em 1972, na *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano*, realizada em Estocolmo. Como define Foucault, o dispositivo “estabelece nexos entre elementos heterogêneos, oferece um novo campo de racionalidades, um novo campo de verdades e é uma estratégia que responde a uma urgência” (Castro, 2009, p.124) além de ser composto de instituições, discursos, regras, subjetividades. A noção de meio, que já estava presente na biopolítica, fazia referência não apenas ao natural, mas também ao espaço considerado não-natural que compunha as cidades e as relações sociais. A configuração de um dispositivo de meio ambiente fez com que noção de meio ganhasse “outro sentido ao se compor com outros elementos.” (Carneiro, 2012, p.8).

As explosões das bombas de hidrogênio, em 1945, “demonstraram a impossibilidade de um controle dos efeitos radioativos que se espalhavam pela atmosfera do planeta” (Carneiro, 2012, p.9). O dispositivo incorpora então a questão da ação humana sobre o meio ambiente, colocando a necessidade de uma gestão do risco em relação ao meio. Nesse momento, a ecologia ganha espaço sendo delineada como um discurso verdadeiro, o qual fortaleceu os movimentos de defesa da natureza ao explicitar “o alcance da interação dos seres vivos com o meio e entre si, os seres humanos como parte desse emaranhado, ampliando a luta para a defesa do meio ambiente” (Carneiro, 2012, p.9). Essa passagem é importante, pois mostra como a ecologia contribuiu para a

construção do dispositivo meio ambiente e como, por meio de suas verdades, a noção de natureza é assimilada ao termo meio ambiente.

Na década de 1960, livros, estudos e encontros contribuíram para a formação de um consenso em relação à revalorização da natureza e a conservação do meio ambiente do planeta. Em 1972, a já citada *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano*, é realizada para discutir “os problemas do ambiente humano”. Nesse encontro, a conservação visando melhoria da qualidade da vida humana toma o lugar do era antes concebido como uma simples preservação da natureza (Acot, 1990 *apud* Carneiro, 2012). O conceito de meio ambiente, desde as reuniões preparatórias do encontro, já não inclui apenas a noção de natureza e os efeitos da poluição na saúde humana, mas engloba problemas sociais. Fome, pobreza, saneamento e doenças são incluídos na noção de meio ambiente:

Os três grupos de elementos: biosfera (natureza), uso de recursos naturais (economia) e saúde humana ameaçada pelos efeitos da poluição, inclusive a radioativa, configuraram o que se considera hoje como *meio ambiente* e, na interseção dos três grupos, destacaram-se os efeitos das atividades humanas enquanto capazes de criar ambientes específicos. (Carneiro, 2012, p.12-13)

A conferência de 1972 produziu a *Declaração de Estocolmo*, que colocou responsabilidades e condutas em relação ao meio ambiente para serem seguidas por todos os países. Esse documento consolida a abrangência do dispositivo meio ambiente e influencia declarações posteriores como a *Declaração da Rio 92* e a *Carta da Terra*. Além disso, nesse momento é criado o *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente* (PNUMA) para realizar o Plano de Ação da Conferência. É a partir de 1972, portanto, que o tema meio ambiente entra na agenda dos países integrantes da ONU e que os ambientalistas passam a participar de forma mais ativa das políticas de governo de

seus países. No entanto, tanto o assunto ambiental como os estudos do PNUMA perderam força logo após a Conferência, devida principalmente à crise econômica relacionada ao petróleo.

Na década de 1980, nos diversos estudos ecológicos e econômicos realizados pelo PNUMA, a expressão “desenvolvimento sustentável” surge pela primeira vez. Em 1983, a ONU cria a *Comissão Mundial de Meio-Ambiente e Economia* para solucionar a o conflito entre meio-ambiente e desenvolvimento econômico. O relatório *Nosso futuro comum*, publicado em 1987 pela comissão, traz uma solução para o impasse “como consenso em torno do termo *desenvolvimento sustentável*, o qual se funda em três pilares: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental” (Carneiro, 2012, p. 14-15). O crescimento econômico é permitido desde que seja sustentável e garanta os recursos necessários para a vida das gerações futuras. O dispositivo meio ambiente direciona então suas forças para a meta da sustentabilidade.

Meio ambiente é assimilado, no dispositivo, à natureza e inclui, por meio do objetivo sustentável, o econômico e o social. Devemos então nos questionar se o Instituto Ethos faz parte desse dispositivo, já que governa a conduta empresarial com o objetivo de alcançar a sustentabilidade (de acordo com a definição colocada acima). As próximas seções dessa pesquisa irão esboçar uma resposta a essa pergunta no sentido afirmativo: o Instituto Ethos faz parte de uma nova governamentalidade que vem se formando desde a década de 1970 e inclui o meio ambiente enquanto dispositivo. Assim, todos e tudo são incluídos.

A convocação à participação

A sociedade disciplinar descrita por Foucault se dava pela inclusão e pela exclusão e a disciplina era aplicada sobre os corpos, para docilizá-los e produzir produtividades. A emergência da sociedade de controle (mesmo que isso não signifique a extinção da anterior) é marcada pela inclusão: todos (e tudo) estão e querem ser incluídos por meio da participação. De acordo com seminário de Edson Passetti, dentro do Projeto Temático, a sociedade de controle funciona por capturas. Quanto mais capturas, mais se anulam as resistências. Ainda em referência ao seminário mencionado, aponta-se para um esgotamento da sociedade disciplinar, criando uma situação na qual há uma “*conexão* entre sociedade disciplinar e sociedade de controle” (Passetti, in Castelo Branco, Veiga Neto, 2011, p.131), que faz com que haja uma sobreposição das relações disciplinares, que se dá em redes, e das relações da sociedade de controle, que funcionam por fluxos. Essa conexão cria uma descentralização do poder, que se espalha e reflete nas novas institucionalizações, as quais assumem papéis que estavam antes centralizados no poder estatal. Essa descentralização do poder, por sua vez, cria uma situação em que se produz um *monitoramento da vida*, pelo qual cada um policia a vida dos outros. A relação do governo dos outros com o governo de si é uma forma de governamentalidade, a qual é internalizada por cada um, criando um governo de todos sobre todos (e sobre tudo).

O Instituto Ethos, ao dirigir as condutas das empresas à atitude tida como socialmente responsável, coloca como valores a transparência e a responsabilidade. A transparência pode ser alcançada por meio do Balanço Social, no qual as empresas se submetem, com a orientação do instituto, a padrões de avaliação e prestam contas sobre suas atividades financeiras e sociais. A responsabilidade relaciona-se a uma moderação

que deve ser assumida com a intenção de melhorar o bem-estar da comunidade. Dessa forma, o Instituto Ethos estimula as empresas a se apresentarem publicamente, para que tanto o instituto como a sociedade civil e as outras empresas possam policiar suas atitudes.

Transparência e responsabilidade

A transparência está totalmente ligada à função de vigilância e monitoramento e ao papel de policiamento da vida. Na sociedade disciplinar a vigilância precisava ser internalizada, como mostra Foucault em *Vigiar e punir* ao tratar da condição do preso, sempre vigiado. Hoje, estamos em um período de expansão de monitoramentos: da terra, do mar, do espaço, das gentes. Esse monitoramento, no entanto, é agora algo desejável e associado à segurança. Por isso, o ideal da transparência é apresentado como virtude não só dos indivíduos, mas das próprias instituições. A vigilância se dá principalmente porque é possibilitada por aqueles que são e querem sem controlados e fiscalizados. No caso das empresas, os limites dessa vigilância estendem-se até os limites da própria transparência que se pretende consolidada no Balanço Social. O Balanço Social incentiva o auto-monitoramento das empresas, que devem controlar a si próprias e apresentarem-se de forma pública. No entanto, na medida em que “a sociedade de controle, enfim, escancara em cada um a realização da utopia da transparência” (Passetti, in Castelo Branco, Veiga Neto, 2011, p.133), essa transparência se mostra impossível, mas *monitorável*.

As instituições “inacabadas” da sociedade de controle convocam todos à participação e à exposição. No âmbito empresarial, instituições como o Instituto Ethos colocam-se como provedores da utopia da transparência ao educar e dirigir as empresas no caminho da conduta socialmente responsável. Em 2011, O Instituto Ethos criou o

Núcleo Ethos de Compartilhamento com o objetivo de disseminar e divulgar as práticas socialmente responsáveis das empresas, incentivando sua multiplicação. Esse núcleo atua em duas frentes: por meio de um ciclo de oficinas e de um banco de práticas. O primeiro diz respeito a encontros realizados entre dirigentes e funcionários de empresas para compartilharem e aprenderem os conceitos, ferramentas e práticas para uma gestão socialmente responsável. O segundo “trata-se de um espaço para divulgação de experiências bem-sucedidas de empresas associadas ao Instituto Ethos, no que se refere à responsabilidade social.”¹⁰ O objetivo do banco de práticas é ampliar o intercâmbio de informações sobre a gestão socialmente responsável entre as empresas. As chamadas práticas contidas nesse banco são agrupadas pelos seguintes eixos: (1) Governança; (2) Direitos Humanos; (3) Público interno; (4) Meio ambiente; (5) Cadeia e valor; (6) Comunidade e sociedade; (7) Governo e (8) Mercado. As chamadas “práticas de gestão socialmente responsável” são, na verdade, exemplos de empresas que tenham realizado atividades em algum desses âmbitos e são publicadas semanalmente no banco de práticas. A Unilever, o Instituto Votorantim e a AES Brasil são exemplos de empresas que publicaram seus planos de sustentabilidade, preenchimento de Indicadores Ethos, entre outros. O discurso da responsabilidade social é sustentado pelo governo das condutas por meio do policiamento, o qual é apresentado com diversos nomes: exemplo, incentivo, monitoramento, balanço social, etc.

A moral e o governo de si

Na racionalidade neoliberal a ética é entendida como uma expressão da moral. A

10

Consultado no site do Instituto Ethos. Acesso em 08 jan. 2013.

moral, por sua vez, determina o conjunto de valores sob os quais somos obrigados a existir. Trata-se, portanto de uma recomendação de condutas, diante das quais nos posicionamos, tomamos uma atitude, a qual é denominada ética. Foucault, no entanto, coloca a possibilidade de uma ética que não seja mera expressão da moral, “O termo “ética” faz referência, em Foucault, à relação consigo mesmo, é uma prática, um *ethos*, um modo de ser” (Castro, 2009, p.156). *Ethos* é por ele entendido no sentido grego do termo, como “um modo de ser do sujeito que se traduz em seus costumes, seu aspecto, sua maneira de caminhar, a calma com que se enfrenta os acontecimentos da vida” (Castro, 2009, p.154). Foucault entende *ethos* ainda como uma atitude, “como uma escolha voluntária de uma maneira de pensar e de sentir, de agir e de conduzir-se, como marca de pertencimento e como tarefa” (Castro, 2009, p.154).

Foucault distingue moral em duas formas: o “código moral” e a “moralidade dos comportamentos”. O primeiro diz respeito a um “conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as Igrejas, etc” (Foucault, 2010, p.33). O segundo se trata do comportamento real dos indivíduos em relação a esses valores colocados, o qual pode ser de obediência ou de contestação. O que Foucault coloca é a importância de se conduzir e fazer de si mesmo um sujeito moral, agindo de diferentes maneiras em relação às prescrições colocadas. Há várias maneiras agir em relação aos elementos prescritivos do código moral e essa possibilidade de diferentes modos de praticar o que é colocado por um código concerne à “determinação da substância ética”. Nas palavras de Foucault, “é a maneira pela qual o indivíduo deve constituir tal parte dele mesmo como matéria principal de sua conduta moral” (Foucault,

2010, p.34). Portanto, governo de si coloca-se como o oposto tanto da moral como da moralidade dos comportamentos.

Ética da responsabilidade e o princípio de precaução

As definições de ética colocadas por Max Weber em "A política como vocação" na tentativa de descrever um bom governante devem ser levadas em conta quando se pensa o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social. Weber distingue entre uma "ética dos fins últimos" e uma "ética da responsabilidade". A primeira trata de uma prática que se preocupa mais com os meios do que com os fins, ou seja, se há uma intenção que se julgue boa na ação, independentemente do resultado gerado por ela, então será uma ação ética. A segunda, por sua vez implica na responsabilização dos efeitos dos atos para aquele que os realizou, o que exige uma previsão dos resultados. Trata-se de fazer o bem, evitando o máximo de mal possível.

Essa ética da responsabilidade acopla o indivíduo à responsabilidade por suas ações. Essa ideia sustenta o discurso de responsabilidade social, uma vez que entrega a cada um o futuro do planeta e das gerações. Dessa forma, se o aquecimento global se deve a alta quantidade de gás carbônico emitido e os carros produzem gás carbônico, todos aqueles que utilizam automóveis são culpados pelo aumento da temperatura terrestre. Sendo assim, o futuro da humanidade é delegado a cada um, por isso, todos devem participar, fazendo sua parte. Na medida em que o "amor à humanidade" colocado por Kant é inquestionável, todos devem se dirigir, por meio do amor, ao futuro das gerações. O desenvolvimento sustentável, e por consequência a responsabilidade social, se apresentam como um sacrifício pela humanidade, reforçando a racionalidade neoliberal, pautada no sacrifício e no amor.

A exploração da natureza, portanto, deve se dar (uma vez que não pode ser interrompida) da melhor forma possível, de maneira compatível com a garantia do futuro das gerações futuras. Isso implica uma gestão dos riscos resultantes da produção, os possíveis resultados devem ser analisados e ponderados. O Princípio de Precaução (conceito que será detalhado mais adiante) derivado do princípio de responsabilidade colocado pelo filósofo alemão Hans Jonas em 2006, é uma possível solução para a conciliação das inovações da ciência e à não-ameaça à existência no planeta. No livro *Rumo ao Pensamento Crítico Socioambiental*, são associadas ao Princípio de Precaução as noções de responsabilidade e prudência. Mais do que gerir riscos o Princípio de Precaução incita um monitoramento das atividades científicas e produtivas, e esse policiamento garante que os resultados sejam monitorados, e possibilitando que a precaução seja *moderada*.

O empreendedor de si

O conjunto de valores e normas que determinam o padrão de conduta das empresas como uma moral empresarial, pautado pela ética da responsabilidade, não é restrito à empresa enquanto instituição: se estende aqueles que fazem parte diretamente da corporação (os empresários) e aqueles que se relacionam de alguma maneira com a empresa (os *stakeholders* e a chamada sociedade civil). A atitude em relação a esse conjunto de valores e princípios promove uma “maneira de ser” do “empreendedor de si”.

A transparência, a responsabilidade, a prudência, a moderação, a criatividade e ainda a inovação são características consideradas virtuosas não só para as empresas, mas para cada cidadão no exercício de sua cidadania, por meio da participação. López-Ruiz,

em sua tese de doutorado, afirma que esses valores definidos pelo *ethos* (*ethos* aqui tem sentido diferente do entendido por Foucault, e designa uma “maneira de ser” de acordo com a conduta moral) empresarial “transpassam, contudo, o ambiente corporativo, delineando os traços de uma “mentalidade econômica” e vinculando os indivíduos a um complexo de *deveres*.” (López-Ruiz, 2004, p.375) Os indivíduos tem a responsabilidade sobre a consequência de suas ações em relação ao meio ambiente e em relação a si próprio: trata-se de investir em si mesmo para se destacar no ambiente capitalista, melhorar a sociedade e garantir um mundo melhor para as gerações futuras.

Ainda tendo em vista a tese de López-Ruiz, o *ethos* dos “executivos transnacionais” é configurado, na segunda metade do século XX, pela teoria do capital humano e pela noção de “empresário de si próprio”. Como qualquer investimento, o investimento em si próprio aposta em coisas intangíveis – destrezas, habilidades, capacidades – com a expectativa de um retorno futuro também abstrato – reconhecimento, enriquecimento, ascensão social e intelectual. Portanto, o sucesso ou não depende exclusivamente daquele que investe em si mesmo, e a responsabilidade pelo resultado de suas ações em sua própria vida não pode ser atribuída a outros. O policiamento dos outros, incitado pelo desenvolvimento sustentável e pela responsabilidade social, é também internalizado: a própria saúde, a alimentação, os relacionamentos, o desenvolvimento da carreira e do *curriculum vitae* são policiados. É tendo em mente esse cenário que Theodore W. Schultz, em 1959, sugeriu a extensão da ideia de “riqueza” para os seres humanos. A aceitação desta “sugestão” significa admitir que os seres humanos fossem passíveis de investimento e, portanto, de aumento de seu

valor. Esse valor, que constrói o *ethos* empresarial, ultrapassa o ambiente corporativo e alcança todos os âmbitos da vida para aumentar sua qualidade.

A produção de novas verdades e a atualização de verdades já existentes, uma vez que a inovação é considerada um valor, é constante. Como já colocado anteriormente, o Instituto Ethos delineia um *ethos* empresarial reforçando e criando novos valores e condutas que devem ser seguidos para uma empresa se intitular socialmente responsável. Esses valores colocados para as empresas vão determinar também os empresários, não apenas os corporativos, mas os “empresários de si”. A influência do Instituto Ethos sobre as grandes corporações, portanto, indica um alcance que vai além da responsabilidade social empresarial, colocando uma responsabilidade social individual. Exemplo disso é a possibilidade apresentada na *Conferência Internacional Ethos* de um balanço social individual (não apenas empresarial), o que determinaria o grau de sustentabilidade e responsabilidade social de cada um.

2.3 Revisão Bibliográfica

O levantamento bibliográfico relativo a esses doze meses teve como objetivo o estudo e compreensão dos seguintes temas e conceitos relacionados à pesquisa e serão detalhados aqui, pois, como são usados e retomados diversas vezes nesse relatório, é importante tê-los bem definidos. São esses:

- Responsabilidade social
- Balanço social
- Desenvolvimento sustentável
- Educação social

Responsabilidade social

O livro *Human Rights Obligations of Non-State Actors*, de Andrew Clapham, no sexto capítulo, “Corporations and Human Rights” apresenta a importante distinção entre dois conceitos: a responsabilidade corporativa (corporate responsibility) e a prestação de contas corporativa (corporate accountability). O primeiro, diz respeito à ação voluntária das empresas de agirem de forma responsável; a segunda, por sua vez, implica na obrigação das empresas de agirem conforme as normas sociais. Embora a maioria das grandes empresas opte sempre pelas ações voluntárias, há segundo o livro, uma crescente pressão por parte de ONGs para que haja uma maior ênfase nos mecanismos da lei e de prestação de contas.

Há também um ceticismo em relação à responsabilidade social empresarial e à indústria que se formou em volta dessa por parte das uniões de comércio. De acordo com Dwight Justice “os governos estão usando a responsabilidade social como um substituto de sua própria falência em solucionar as consequências sociais da globalização” (Clapham, 2006, p.126). O receio das uniões de comércio é que a responsabilidade social tome lugar das obrigações legais das empresas e, além disso, que a indústria da responsabilidade social esteja redefinindo as expectativas da sociedade ao invés de estarem respondendo a elas.

É importante notar como a responsabilidade social corporativa, inicialmente apenas uma sugestão, criou uma indústria que inclui consultores e empresas que oferecem serviços de responsabilidade social, e desta maneira reitera a produção de verdades. Se voltarmos à questão levantada no livro de que essa indústria está redefinindo as expectativas da sociedade, é possível a inclusão do Instituto Ethos nessa redefinição. O

Instituto Ethos é parte da indústria criada em volta da Responsabilidade Social Empresarial e toma para si a responsabilidade de educar as empresas em direção a uma atitude socialmente responsável. No entanto, além de ensinar, o Instituto Ethos também determina o que são as ações socialmente responsáveis, como consta em seu *Manual de Responsabilidade Social Empresarial para Micro e Pequenas Empresas*: “Fabricar produtos ou prestar serviços que não degradem o meio ambiente, promover a inclusão social e participar do desenvolvimento da comunidade”¹¹.

Portanto, se a responsabilidade social surgiu como uma resposta à demanda da sociedade, hoje essa relação não é mais tão direta, tendo às organizações integrantes dessa indústria a capacidade de moldar as expectativas da sociedade. Em outras palavras, o Instituto Ethos existe para administrar as exigências dos consumidores em relação às empresas, no entanto, tais exigências são baseadas no próprio instituto. Estar de acordo com as atividades colocadas pelo Instituto Ethos significa agir de forma socialmente responsável, a qual pressupõe a participação: é proposto que as empresas participem, contribuindo com a sociedade e com a conservação dos recursos naturais e informando suas ações à sociedade, a qual deve cobrar pela prestação de contas, além de consumir responsabilmente. A sustentabilidade coloca a responsabilidade não apenas no processo produtivo, mas também nos consumidores. É a partir dessa relação entre consumo e produção, que se pretende transparente, que o monitoramento se legitima e se apresenta necessário. Participar, portanto, é monitorar.

¹¹ Consultado no site do Instituto Ethos www.ethos.org.br. Acesso em 11 mar. 2012.

Jogos de Papéis: responsabilidade social e educação

Este texto do livro *Rumo ao pensamento crítico socioambiental* mostra a transferência de um setor da educação para as ONGs e OSCIPs. Essa educação diz respeito ao que os autores denominam “construção da cidadania”, ou seja, uma integração da sociedade ao ambiente, entendido como o natural, em que vive e com o qual se relaciona para que sua conservação seja garantida. A ideia de incluir principalmente os setores menos favorecidos da sociedade, para que faça parte de uma gestão participativa, passa pela noção de “empowerment”: promoção da autonomia dos atores sociais (Camargo, Jacobi in Ribeiro, 2010, p.311). A educação social se apresenta nesse contexto como um instrumento que faz com que “todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso” (Foucault, 1996, p.43).

Os Jogos de Papeis surgem então como ferramentas didáticas, como uma metodologia participativa, cujo objetivo é promover a Educação Ambiental (EA). A definição de Educação Ambiental (EA) escolhida pelos autores é a seguinte: “a possibilidade de exercício da cidadania, na medida em que prepara os cidadãos para buscar justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza, reivindicando os direitos básicos de acesso à cultura, à educação, à saúde e ao lazer (Reigota 1994:20)” (Camargo, Jacobi in Ribeiro, 2010, p.311). A problematização da relação entre a sociedade e o meio ambiente está, nesse caso, focada no conflito entre a conservação de áreas de proteção e a falta de políticas habitacionais que impeçam a ocupação para fins de moradia popular nessas áreas.

Dessa forma, os Jogos de Papeis foram agrupados na pesquisa segundo características em comum em três grupos: “(1) a problemática da complexidade da gestão

urbana e da gestão ambiental, (2) o propósito de formação e capacitação como função principal da ferramenta e (3) o público a que se destina formado por população local de comunidades ou por técnicos de alguns setores do governo que se relacionam com as comunidades” (Camargo, Jacobi in Ribeiro, 2010, p.314).

É importante observar que tal “ensino social” através de jogos cooperativos está em sua maioria concentrado no poder de ONGs, tanto nacionais como internacionais. O papel educacional, que em quase todos os outros setores se divide entre o Estado e a iniciativa privada e que tem como regulamentador um órgão público, o Ministério da Educação, no caso do “ensino social” é transferido para ONGs e OSCIPs. Os responsáveis pela criação dos jogos de papéis se dividem entre ONGs, organizações coletivistas e universidades. O *Instituto Ecoar para a Cidadania* é uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) “que atua com educação ambiental para sustentabilidade, mudanças climáticas, programas e projetos de florestas, recursos hídricos, cidadania e desenvolvimento local sustentável”¹². Essa OSCIP foi criada por ambientalistas e pesquisadores após a *ECO-92* e o *Fórum Global* e atua em todo o território nacional. O *Instituto Pólis* é uma ONG que também atinge o Brasil inteiro e tem como eixo articulador a cidadania, oferecendo cursos e seminários visando à construção desta. A ONG internacional *Cohre*, por sua vez, tem alcance mundial, com escritórios espalhados por todos os continentes e sede na Suíça e se dedica aos direitos de habitação, de favelas a sem-terras. A *Ambiens Sociedade Cooperativa* é uma organização coletivista de profissionais que defende “relações de trabalho democráticas, emancipatórias, criativas e enraizadas em uma ética socializante”, além disso, prestam assessoria e

12

Consultado no site Green Nation www.greennation.com.br. Acesso em 01 jun. 2012.

consultoria a organizações públicas e privadas.

O *Instituto Ethos*, enquanto OSCIP, não deixa de assumir também uma função social educacional dirigida às empresas. Ambos, o *Instituto Ethos* e as ONGs que criam os jogos de papéis, declaram estar, dessa forma, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e responsável. No caso do *Instituto Ethos*, a educação direcionada às empresas é um meio de fazê-las acessar e afirmar o discurso que é construído pelo instituto e o sustenta: o discurso socialmente responsável. Michel Foucault, em *A Ordem do Discurso* (1996), explica que a educação é o principal meio para permitir ao indivíduo o acesso aos diferentes discursos, no entanto, sua distribuição é influenciada pelas oposições e lutas sociais, sendo assim, “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (Foucault, 1996, p.44).

Princípio da Precaução: a possibilidade do desenvolvimento sustentável

O Princípio de Precaução (PP) é um conceito tratado no livro *Rumo ao pensamento crítico socioambiental* (2010) e é apresentado como um gestor de riscos cujo papel é mediar às incertezas da Ciência e o Direito do meio ambiente. Esse princípio relaciona-se com o Princípio de Responsabilidade, colocado pelo filósofo alemão Hans Jonas, em 2006. Enquanto o primeiro é colocado como um dever jurídico e político dessa geração com as próximas, o segundo apresenta uma obrigação mais geral de preservação do meio ambiente. O presente artigo defende a posição de que o PP incita prudência e responsabilidade de modo a evitar que a presente geração ameace a existência da vida no planeta e que, ao mesmo tempo, a ciência possa se inovar.

É destacada a constante interpretação errônea do Princípio de Precaução em tribunais que, segundo o texto, contribuem para o esvaziamento de sentido do princípio. No entanto, o próprio princípio carece de uma definição exata, o que leva não a um esvaziamento, mas a um alargamento de seu significado. Esse alargamento possibilita que esse discurso seja utilizado tanto por ambientalistas, que defendem o mínimo de intervenção possível no meio ambiente, como por empresas, que justificam o desenvolvimento de novas tecnologias.

O PP não pode alcançar (e nem busca) o risco zero e isso se insere na lógica neoliberal. As políticas sociais do neoliberalismo não pretendem garantir os indivíduos contra os riscos, sejam eles individuais ou coletivos, mas permitem, por meio da economia, que os indivíduos possuam rendimento suficiente para defenderem-se individualmente contra os riscos (Foucault, 2008). Essas políticas sociais foram chamadas de “políticas sociais individuais”, no pós-guerra, pela escola liberal de Fribourg, como uma oposição às “políticas sociais socialistas”. Trata-se, assim, de uma “individualização” (Foucault, 2008, p.197) da política social: “não se trata de assegurar aos indivíduos uma cobertura social dos riscos, mas de conceder a cada um uma espécie de espaço econômico dentro do qual podem assumir e enfrentar os riscos” (Foucault, 2008, p.197-198). O Princípio de Precaução, portanto, ao invés de deter-se à gestão de risco (que define o próprio princípio), desloca o foco para o monitoramento e controle das atividades científicas e é proposto que a precaução seja moderada.

Dessa forma, a fronteira entre a proteção do meio ambiente e da saúde humana (bens que esse princípio busca tutelar) e os avanços da ciência mostra-se maleável e manipulável de acordo com a situação. Os alargamentos dos significados e das possíveis

interpretações do Princípio de Precaução sugerem que o conceito de desenvolvimento sustentável possui também um alargamento que possibilita sua maleabilidade e que apela, na impossibilidade de colocar limites claros entre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento da ciência, à moderação.

Balanco Social

O livro de João Eduardo Prudêncio Tinoco (2001) é importante para situar o Balanço Social historicamente, o porquê de seu surgimento, as ampliações sofridas por esse e as experiências de balanços sociais em diversos países, incluindo o Brasil. A noção de responsabilidade social é, de acordo com o autor, posterior ao surgimento de demandas pela transparência das empresas.

As reivindicações por uma responsabilidade pública das empresas foram registradas nas décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos, em decorrência da Guerra do Vietnã, na qual inúmeras empresas estadunidenses dedicaram-se à produção de armamentos sofisticados que geravam danos ao meio ambiente e aos seres humanos. Esse movimento é descrito na seguinte passagem: “(...) as empresas já não têm o direito de produzir e vender o que queiram, de licenciar novos produtos, quando queiram, de justificar sua rentabilidade financeira a incitação permanente ao consumismo, conforme Marquès (1978).” (Tinoco, 2001, p.23). Tal processo é comandado por igrejas, fundações, organizações de caridade e associações dos que combateram nas guerras do Vietnã e da Coreia, por meio da detenção de ações das empresas, o que lhes conferia voz nas assembléias dos investidores. Na França e na Alemanha, estudos relacionados aos problemas socio-econômicos tem início com movimentos estudantis de 1968. Dessa forma, tanto nos Estados Unidos quanto nos dois países europeus, a exigência por um

objetivo social das empresas é crescente e a publicação de informações sociais começa a ser feita junto com o balanço patrimonial das empresas.

Na França, a partir de 1970, as empresas começam a publicar uma série de indicadores sociais em um quadro de *bord* social. Foi na França que a regulamentação do *Balanço Social da Empresa* se deu primeiro na pela Lei nº 77.769, em 12 de julho de 1977. A lei francesa, no entanto diz respeito quase que exclusivamente aos trabalhadores, levando em conta suas condições de higiene e segurança, formação profissional e remuneração, sendo por isso chamado hoje de Balanço Social no sentido estrito. Além disso, os objetivos do Balanço Social eram principalmente ajudar na gestão da empresa e a conservação e incrementação da rentabilidade social relacionada à manutenção da satisfação dos empregados, impedindo assim a queda de produtividade. Percebe-se então que a prestação de contas e de ações sociais nunca esteve desvinculada do papel principal da empresa: gerar lucros.

A partir de meados dos anos 1970 e predominantemente na década de 1980, em países da Europa como Inglaterra, Alemanha e Holanda, houve uma reivindicação por parte dos pesquisadores pela ampliação do balanço social para além do público interno da empresa, o que acarretou na expansão da abordagem do Balanço Social, resultando no chamado *Balanço Social* em sentido amplo. Este último compreende o *Balanço Social* no sentido estrito, a demonstração do valor adicionado, o balanço ecológico e a responsabilidade social empresarial.

A responsabilidade social está diretamente relacionada aos fundos de investimentos. O autor, ao retratar o contexto externo, menciona a preferência de investidores por empresas com atitudes éticas e sociais como é o caso do *Calvert Social*

Investment Fun e do *Co-Operativa Bank*, ambas inglesas. No Brasil, a visibilidade da questão do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade social ainda é pequena, porém crescente. Os principais responsáveis pelo incentivo das empresas à participação na área social são principalmente o terceiro setor e a organização de empresas associadas cujo objetivo é a divulgação das práticas socialmente responsáveis: “duas associações empresarias, criadas a partir de 1996, se destacam. São elas: o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e o Instituto Ethos. (...) Ambos são inspirados em organizações americanas similares, como o Council of Foundations e Business for Social Responsibility (BSR)” (Tinoco, 2001, p. 133).

2.4 Instituto Ethos

Acompanhei as atividades do Instituto Ethos no seu site durante esses doze meses. Pude perceber o papel contínuo desta OSCIP, não só na afirmação do conceito de responsabilidade social, mas também na sua constante atualização e inovação. O Instituto Ethos está envolvido em todas as questões ligadas à sustentabilidade e responsabilidade social colocadas em pauta. Este envolvimento é observado tanto como forma de acompanhamento e apoio a determinados assuntos, como o novo *Código Florestal*, quanto como na própria articulação e definição do que se deve ser discutido ou cumprido. Um exemplo desse último é o lançamento, em 23 de setembro de 2010, da *Carta Empresarial pela Conservação de Uso Sustentável da Biodiversidade* pelo Instituto Ethos e o *Movimento Empresarial pela Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade* (MEB), movimento pelo qual as empresas podem aderir através de preenchimento de um

termo de adesão e envio ao *Instituto Ethos*.

As notícias que atualizam e que afirmam as práticas do Instituto Ethos podem ser comparadas ao que Michel Foucault chamou de “comentários”, ou seja, textos cujo papel é o de reatualizar e repetir o que foi dito no primeiro discurso de forma mascarada ou sutil. Tal repetição não implica que todas as informações produzidas pelo *Instituto Ethos* serão iguais e que se resumiriam em uma só: “O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado.” (Foucault, 1996, p.26).

O Instituto Ethos e sua responsabilidade social

Durante o acompanhamento desta OSCIP, constatei que o Instituto Ethos, como um instituto de empresas e responsabilidade social, assume também para si um compromisso social e, por isso, sua interferência não se limita a assuntos empresariais. A relação do *Instituto Ethos* com a sociedade civil se dá principalmente por meio de pesquisas como a realizada em parceria com o *Instituto Akatu* denominada “O Consumidor Brasileiro e a Sustentabilidade: Atitudes e Comportamentos frente o Consumo Consciente, Percepções e Expectativas sobre a RSE – Pesquisa 2010”. O *Instituto Ethos*, enquanto “educador” das empresas, é também apresentado como um modelo de ação social. Um exemplo dessas ações é a participação no projeto Jogos Limpos, cujo Comitê Nacional de Coordenação “tem o papel de orientar as atividades propostas e convergir agendas das demais iniciativas em andamento que tratam dos jogos, tais como impactos nas áreas de educação, políticas públicas de esporte, meio ambiente,

trabalho decente e cidades sustentáveis.”¹³. Não se pode deixar de notar a presença de representantes estatais, como a *Controladoria-Geral da União*, e de organizações da Sociedade Civil, como Paulo Itacarambi do *Instituto Ethos*.

Uniethos

O Instituto Ethos assumiu um papel educacional de empresas quando, a partir dos anos 2000, as empresas começaram a demandar “por capacitações customizadas para a inserção dos temas de RSE ”¹⁴ em suas gestões. Por ser uma organização de natureza privada, decidiu-se por criar uma OSCIP independente, que se dedicaria à educação das empresas sobre os temas de RSE e cobraria por esses serviços. Essa entidade criada em 2004 foi chamada de *Uniethos*, porém, não funcionou com uma entidade independente do *Instituto Ethos* e, em 2005, as duas estruturas passaram a compartilhar a mesma gestão administrativa e o quadro de funcionários do *Uniethos* foi reduzido.

Em 2008 o *Uniethos* foi novamente reformulado e foram estabelecidos três pilares de atuação: programas educacionais, assessoria e grupos de trabalho. Com isso, houve um aumento da demanda pelos seus serviços, se comparado ao ano anterior. Suas assessorias pelo *Instituto Ethos* utilizam os *Indicadores Ethos* e auxiliam sua aplicação nas empresas.

Os Indicadores Ethos são ferramentas de auxílio para uma auto-avaliação da empresa, seguindo os padrões de normas impostas. São eles divididos em sete temas: 1)

¹³ Disponível em: <http://www.jogoslimpos.org.br/conheca-o-projeto/comites/>. Acesso em 08 nov. 2011.

¹⁴ *Instituto Ethos e parceiros: Rio+20*. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/rio20/>. Acesso em 12 dez. 2011.

valores, transparência e governança; 2) público interno; 3) meio ambiente; 4) fornecedores; 5) consumidores e clientes; 6) comunidade; 7) governo e sociedade. O *Uniethos* coloca-se como uma resposta à necessidade dos empresários de agirem em conformidade com os princípios do desenvolvimento sustentável: “o Uniethos surge nesse contexto como uma inovação que responde ao crescimento exponencial do movimento de responsabilidade social empresarial e às novas demandas que ele tem gerado”¹⁵.

Parceiros

De acordo com meu cronograma, propus-me a mapear os principais parceiros do Instituto Ethos. Tais parcerias são entendidas aqui como determinantes do alcance e da projeção do Instituto, tanto nacionais como internacionalmente. Para tanto, dividi os parceiros em *nacionais* e *internacionais*, discriminei se havia ou não ligação direta com o governo brasileiro determinou o tipo de instituição e, quando internacional, indiquei qual o principal país ou instituição sede do parceiro. As instituições parceiras do Instituto Ethos foram encontradas no site institucional do instituto (www.internethos.org.br) e foram sistematizadas na tabela abaixo:

Parceiro	Origem	País – Instituição	Ligação governo	Tipo
Controladoria Geral da	Nacional		X	Órgão do Governo

¹⁵ Disponível no site do Uniethos <http://www.uniethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3410&Alias=uniethos&Lang=pt-BR>. Acesso em: 05/12/2011.

União				
Rede Nossa São Paulo	Nacional			Movimento-OSCIP
Envolverde	Nacional			Imprensa
Microsoft (filial brasileira)	Nacional			Organização empresarial
HP (filial brasileira)	Nacional			Organização empresarial
Diveo do Brasil	Nacional			Organização empresarial
Faculdade Getúlio Vargas	Nacional			Instituição educacional
Instituto Akatu	Nacional			ONG
Associação Comunidade de Mãos Dadas	Nacional			ONG
Associação Brasileira DAs Entidades Fechadas de Previdência Privada ABRAPP	Nacional			Entidade civil
Câmara Americana de Comércio Brasil-Estados Unidos (AMCHAM)	Bi-nacional	Brasil e Estados Unidos	X	Câmara de comércio
A tarde	Nacional			Imprensa
O globo	Nacional			Imprensa
Valo econômico	Nacional			Imprensa
CBN	Nacional			Imprensa

Mercado Ético	Nacional			Imprensa
Tv Minuto	Nacional		X	Imprensa
Bus TV	Nacional		X	Imprensa
Rede Folha de Empreendedores Sociais	Nacional			Imprensa
United Nations Global Compact	Internacional	ONU		Agência da ONU
United Nations Development Programme (UNEP)/ United Nations Environment Programme (UNDP)	Internacional	ONU		Agência da ONU
Banco Intramericano de Desenvolvimento (BID)	Internacional	OEA		Banco
Banco Mundial	Internacional	Estados Unidos		Banco
Global Reporting Initiative (GRI)	Internacional	Holanda		Organização internacional
Principles for Responsible Investment (PRI)	Internacional	Reino Unido		Rede de investidores
Orgzanização para a Cooperação e Desenvolvimento	Internacional	França		Organização internacional

Econômico (OCDE)				
United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC)	Internacional	ONU		Agência da ONU
Organização Internacional do Trabalho (OIT)	Internacional	ONU		Agência da ONU
Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ)	Internacional	Alemanha		Empresa do governo alemão
Transparency International World Economic Forum	Internacional	Suíça		Organização internacional
Prince of Wales Business Leadership Forum	Internacional	Reino Unido		Organização internacional
Business for Social Responsibility (BSR)	Internacional	Estados Unidos		Organização empresarial
Corporate Social Responsability Europe	Internacional	Bélgica		Organização internacional
Ford Foundation	Internacional	Estados Unidos		Corporação
UN volunteers	Internacional	ONU		Programa
Avina	Internacional	Suíça		ONG
Forum Empresa	Internacional	Chile		Organização

				internacional
Account Ability	Internacional	Estados Unidos		Organização internacional
Employers Forum on Disability	Internacional	Reino Unido		Organização empresarial
W.K. Kellogg Foundation	Internacional	Estados Unidos		Fundação filantrópica
Bussiness for a Better World (BSR)	Internacional	Estados Unidos		Organização internacional
Hewlett Foundation	Internacional	Estados Unidos		Fundação internacional
SustainAbility	Internacional	Reino Unido		Organização internacional

Observando a tabela acima, há 43 parceiros do Instituto Ethos: 27 internacionais e 16 nacionais. Dentre as nacionais, 4 possuem ligação direta com o governo brasileiro (25% dos parceiros nacionais). Em relação ao tipo de parceiros: entre os nacionais há 3 ONGs (sendo uma OSCIP), 1 órgão do governo, 3 organizações empresariais, 1 instituição educacional, 1 câmara de comércio (binacional), 1 entidade civil e 6 órgãos da imprensa. Entre os internacionais há 5 agências da ONU, 2 bancos, 1 rede de investidores, 1 empresa do governo alemão, 2 organizações empresariais, 1 corporação e 12 organizações internacionais (ONGs em sua maioria). Dentre os parceiros nacionais, há uma predominância de órgãos da imprensa, enquanto em relação aos parceiros internacionais a predominância é de organizações internacionais. É também importante notar que um dos parceiros nacionais de relevância é a Controladoria Geral da União, o

que mostra o laço estabelecido entre o Instituto Ethos e um órgão governamental.

Para entender as motivações dessas parcerias para o Instituto Ethos, discriminei, em uma nova tabela, as atividades as que estão ligados cada um dos parceiros, tanto nacionais como internacionais:

Parceiro	Atividade	Parceiro	Atividade
CGU	Defesa do patrimônio público e transparência de gestão	BID	Desenvolvimento e América Latina
Rede Nossa São Paulo	Desenvolvimento sustentável e democracia participativa	Banco Mundial	Desenvolvimento
Envolverde	Jornalismo e sustentabilidade	GRI	Responsabilidade social
Microsoft (filial brasileira)	Tecnologia	PRI	Responsabilidade social
HP (filial brasileira)	Tecnologia	OCDE	Desenvolvimento
Diveo do Brasil	Telecomunicações	UNODC	Drogas e crime
Faculdade Getúlio Vargas	Ensino	OIT	Trabalho
Instituto Akatu	Consumo consciente	GIZ	Desenvolvimento sustentável
Associação Comunidade de Mãos Dadas	Crianças e adolescentes	Transparency International World Economic Forum	Economia

ABRAPP	Previdência privada	Prince of Wales Business Leadership Forum	Responsabilidade social
AMCHAM	Comércio	Business for Social Responsibility	Responsabilidade social
A tarde	Jornalismo	CSR Europe	Responsabilidade social
O globo	Jornalismo	Ford Foundation	Desenvolvimento social
Valor econômico	Jornalismo	UN volunteers	Desenvolvimento humano
CBN	Jornalismo	Avina	Desenvolvimento sustentável
Mercado Ético	Sustentabilidade	Fórum Empresa	Responsabilidade social
Tv Minuto	Jornalismo	Account Ability	Responsabilidade social
Bus TV	Jornalismo	Employers Forum on Disability	Empresas
Rede Folha de Empreendedores Sociais	Jornalismo e reponsabilidade social	W.K. Kellog Foundation	Crianças e responsabilidade social
United Nations Global Compact	Responsabilidade social	BSR	Sustentabilidade e responsabilidade social
UNEP/UNDP	Pobreza e desenvolvimento	Hewlett Foundation	Desenvolvimento social e ambiental
		SustainAbility	Sustentabilidade

Em relação às atividades desempenhadas pelos principais parceiros do *Instituto Ethos* grande parte deles desenvolve atividades diretamente ligadas às atividades do Instituto

Ethos. A recorrência de termos comuns aos utilizados pelo instituto, como responsabilidade social, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, desenvolvimento social e ambiental, mostra a similaridade entre o Ethos e seus parceiros.

O discurso de responsabilidade social traz consigo as noções de desenvolvimento sustentável que, como mostrado antes, engloba questões sociais. O Instituto Ethos toma como referência a definição de desenvolvimento sustentável adotada na Comissão Brundtland, em 1987, segundo a qual desenvolvimento sustentável é aquele que “satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades”¹⁶. A partir dessa definição, o Ethos introduz sua nova noção de sustentabilidade empresarial, a qual consiste em “assegurar o sucesso do negócio a longo prazo e ao mesmo tempo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da comunidade, um meio ambiente saudável e uma sociedade estável”¹⁷. Essa noção permeia o discurso de responsabilidade social produzido pelo *Instituto Ethos* e é sustentado e legitimado pela relevância de seus parceiros, principalmente internacionais, que não só corroboram e ratificam esse discurso, mas que foram os pioneiros em sua produção. Um exemplo disso é a BSR, que foi a organização empresarial responsável pela *I Conferência de Responsabilidade Social nas Américas* e que propagou o discurso da conduta socialmente responsável no Brasil.

O *Instituto Ethos* e seus parceiros, tanto nacionais quanto internacionais, produzem e atualizam a *Responsabilidade Social Empresarial* enquanto uma tecnologia de poder que governa condutas, configurando-se como táticas das governamentalidades

¹⁶ Consultado no Site do Instituto Ethos www.ethos.org.br. Acesso em 11 mar. 2012.

¹⁷ Idem.

neoliberais. Essas tecnologias de poderes são extensões do já colocado dispositivo de meio ambiente.

Tabulação

Para tentar entender como se dá a produção de verdades pelo Instituto Ethos, tabulei todas as notícias publicadas no site do Instituto entre os meses de maio e dezembro de 2012. As notícias foram divididas segundo os seguintes critérios:

1. Data;
2. Título;
3. Tipo;
4. Localização original;
5. Autor;
6. Resumo;
7. Área temática;
8. Palavra-chave.

O primeiro e o segundo critérios (data e título) referem-se ao dia em que a notícia foi publicada e seu título. O terceiro critério (tipo) apresenta três opções: **apresentação de novos conceitos, afirmação ou acompanhamento**. Esse critério diz respeito ao papel que determinada notícia apresenta para as atividades do Instituto. As notícias de **acompanhamento** são aquelas que tratam de temas atuais, que interessam ao Instituto Ethos, mas que não dizem respeito diretamente à responsabilidade social, sendo assim, o Instituto as reconhece como importantes e as acompanha. As notícias classificadas como

de **afirmação** são aquelas que dizem respeito ao tema de responsabilidade social e que reforçam o discurso do Instituto Ethos, mas nas quais o Instituto não está envolvido diretamente. As notícias de **apresentação de novos conceitos** são aquelas por meio das quais o Instituto Ethos cria e recria seu regime de verdade, ou seja, são notícias sobre temas colocados pelo Instituto e sobre os mecanismos utilizados por esse para produzir e instituir suas verdades.

O quarto critério (localização original) indica onde a notícia publicada no site do Instituto se encontra originalmente, uma vez que algumas notícias são retiradas de outros locais como o site da revista digital *Envolverde*, o site do MEB, entre outros. Quando a localização original é o próprio site do Instituto Ethos, na tabela fica registrado “Site Ethos”. O quinto critério (autor) faz menção ao responsável pelo texto publicado, podendo ser alguém do próprio Instituto Ethos, nesse caso indicado “Instituto Ethos”, a revista *Envolverde* especialmente para o Instituto Ethos, registrado como “Envolverde, para Ethos” ou especialistas no tema, os quais são indicados pelo nome. O sexto critério (resumo) trata-se de um pequeno texto que sintetiza a notícia, enquanto o sétimo critério (área temática) divide as notícias em grupos temáticos como Instituto Ethos, Sustentabilidade, RSE, etc. O último critério (palavra-chave) diz respeito a uma palavra que tenha aparecido diversas vezes em determinada notícia e que ajude na especificação do tema.

Após realizada a tabulação, notei que o que era mais relevante para minha pesquisa seria a relação entre o tipo de notícia e a área temática. Ao comparar o tipo da notícia com sua área temática, obteve-se a tabela abaixo:

TABULAÇÃO DE NOTÍCIAS	Tipo de notícia			
Temas	acompanhamento	afirmação	apresentação	Total Geral
Campanha eleitoral e corrupção	3	3	6	12
Copa		1	6	7
Desenvolvimento e inclusão social	5		4	9
Direitos humanos	2		1	3
Instituto Ethos (indicadores ethos, conferência ethos, etc.)			5	5
Rio+20		2	5	7
RSE		5	2	7
Sustentabilidade	5	16	8	29
Total Geral	15	27	37	79

Das 79 notícias tabuladas 37 são de **apresentação de novos conceitos**, 27 de **afirmação** e 15 de **acompanhamento**. Dentre as de **apresentação** a área temática mais recorrente foi **sustentabilidade** (8 notícias), seguida por **campanha eleitoral e corrupção** (6 notícias) e **Copa** (6 notícias). Nas notícias de **acompanhamento**, a área temática mais mencionada foi **desenvolvimento e inclusão social** (5 notícias) e **sustentabilidade** (5 notícias), e, por último, nas de **afirmação** o tema mais recorrente foi **sustentabilidade** (16 notícias). Considerando todas as notícias, a área temática mais mencionada foi **sustentabilidade** (29 notícias), **campanha eleitoral e corrupção** em segundo lugar (12 notícias) e, em terceiro lugar, **desenvolvimento e inclusão social** (9 notícias).

A primeira coisa que salta à vista ao observar esses dados é a intensa produção do Instituto Ethos no que diz respeito à sustentabilidade. Anteriormente nessa pesquisa, levantei a possibilidade de o Instituto Ethos fazer parte de uma governamentalidade que

tem como dispositivo o meio ambiente. Constatar que o tema **sustentabilidade** foi o mais recorrente no período pesquisado aponta para uma confirmação dessa hipótese uma vez que tanto nas notícias de afirmação quanto nas de apresentação de novos conceitos foi o tema **sustentabilidade** que se destacou. É importante notar que muito dos outros temas aqui delimitados são decorrência ou podem ser incluídos no tema **sustentabilidade**, principalmente o relativo a **desenvolvimento e inclusão social**.

O tema **campanha eleitoral e corrupção** também se mostrou bastante recorrente, o que remete novamente à relação de OSCIPs, como Instituto Ethos, com o Estado. O Instituto Ethos, na tentativa de incluir a participação da sociedade civil, apresenta uma fiscalização em relação ao Estado, em contrapartida à fiscalização exercida por esse sobre o instituto. O terceiro tema mais mencionado foi **desenvolvimento e inclusão social**, o qual não deixa de ser um dos pilares da sustentabilidade.

A predominância de notícias do tipo **apresentação de novos conceitos** mostra como o Instituto Ethos faz parte da produção de verdades que sustenta o discurso socialmente responsável. O Instituto Ethos não só afirma e reafirma esse discurso, mas o atualiza constantemente, trazendo novos conceitos, novas prioridades e novos códigos de condutas.

Publicações

Além da análise das notícias publicadas pelo Instituto Ethos, pesquisei as publicações de documentos relativos à responsabilidade social empresarial, elaborados pelo instituto. Tais publicações ajudam a entender o papel do *Instituto Ethos* na visão de seus próprios gestores, suas intenções e objetivos, além da forma como ele se articula para influenciar no movimento de sustentabilidade. Dos diversos documentos já

publicados, selecionei quatro que julguei os mais relevantes para esta pesquisa: *Relatório de Sustentabilidade Ethos e Uniethos* (2008); *Carta Empresarial sobre o uso da Biodiversidade Brasileira*; *Instituto Ethos e parceiros: Rio + 20* (esse documento se desdobra em dois, um apresentado antes da Rio+20 e outro durante o evento; ambos serão discutidos na seção sobre a Rio+20).

Relatório de Sustentabilidade Ethos e Uniethos (2008)

Esse Relatório é o primeiro elaborado pelo *Instituto Ethos* e pelo *Uniethos* e tem como base as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI). Esse é o primeiro documento apresentado na pesquisa por conter uma avaliação de todas as atividades realizadas pelo Instituto Ethos feita por seus próprios gestores. O relatório tem início com uma *Mensagem da administração*, na qual “Ricardo Young e Oded Grajew abordam a questão da busca de exemplaridade no processo de relato”¹⁸. A questão da transparência aparece na primeira linha da mensagem de Ricardo Young e Oded Grajew: “Este Relatório de Sustentabilidade pretende ser um retrato transparente das principais conquistas, desafios e dilemas enfrentados pelo instituto Ethos e pelo Uniethos em uma década de existência.”¹⁹. Trata-se, portanto, de um relatório que explicita a responsabilidade social do próprio Instituto Ethos: essa instituição que ensina a conduta socialmente responsável às empresas, ou seja, que determina as diretrizes para se alcançar “uma forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas

¹⁸ *Relatório de Sustentabilidade Ethos e Uniethos* (2008), p. 2. Disponível em www.ethos.org.br. Acesso em 10 jan 2012.

¹⁹ *Idem*, p.2.

empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais”²⁰ e as auxilia na busca da transparência apresenta-se em 2008 (dez anos após sua criação), por meio desse relatório, realizando o que chama por transparência e cumprindo seu papel social. Ao mesmo tempo em que o Instituto Ethos busca seguir uma conduta coerente com os valores que coloca, ainda na mensagem da administração, é apresentado o papel de formulador dessa própria conduta: “buscamos disseminar uma nova consciência de gestão sustentável nas empresas, processo fértil de desafios.”²¹.

A *Mensagem da Administração* mostra que, em 2008, o Instituto Ethos passa por mudanças e por um redirecionamento que tira o foco da gestão das empresas para o ambiente, entendido pelo Instituto Ethos como sinônimo de natureza e indicado como “verde”, na qual essas articulam seus negócios, fazendo uma conexão do “movimento de RSE” com novas economias possíveis: inclusiva, verde e responsável. O papel articulador do Instituto (que não recebe em momento nenhum essa denominação) é expresso por meio da implantação de chamadas políticas públicas: “Cada vez mais o instituto Ethos adotará um papel articulador de indução de políticas públicas e de posicionamentos em relação às questões estratégicas de sustentabilidade.”²². Entre as mudanças mencionadas está também a mudança na governança do instituto, transferindo o cargo de Presidente do Conselho Deliberativo de Oded Grajew para Sérgio Mindlin. O objetivo central do

²⁰ Consultado no site do Instituto Ethos www.ethos.org.br. Acesso em 15 fev. 2012.

²¹ *Relatório de Sustentabilidade Ethos e Uniethos (2008)*. p. 2. Disponível em www.ethos.org.br. Acesso em 10 jan. 2012.

²² *Idem*, p.2.

Instituto Ethos, porém, não parece ter se modificado tanto nesse relatório, estando ainda centrado na transparência e na vigilância e interferindo no movimento pela sustentabilidade: “Com renovada transparência, com o apoio e a crítica vigilante dos nossos públicos, tanto internos quanto externos, estamos convictos de que o Ethos continuará a ter, nos próximos anos, um papel relevante no movimento pela sustentabilidade.”²³.

A segunda parte do relatório, *Nossa Jornada*, diz respeito à articulação do instituto e seus objetivos. A missão do Instituto Ethos é apresentada da seguinte forma: “Mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e responsável”²⁴. Tal missão é dividida em três eixos que comportam atividades do Instituto Ethos dedicadas à realização de partes da missão:

-“Mobilizar, sensibilizar...”:

- Conferência Internacional Ethos
- InternEthos
- RSE na Academia – Programa Futuros
- Gestores/Prêmio Ethos-Valor
- RSE na Mídia – Rede Ethos de Jornalistas e Prêmio Ethos de Jornalismo
- Rede Empresarial pela Sustentabilidade
- Mostra de Tecnologias Sustentáveis
- Portal Ethos (www.ethos.org.br)
- Programa de Equidade IAF

²³ *Relatório de Sustentabilidade Ethos e Uniethos (2008)*. p. 3.

²⁴ *Idem*. p. 4.

(inter-American Foundation)

-... e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável...:

- Indicadores Ethos de Responsabilidade Social (geral, micro e pequenas empresas e setoriais)
- Gestão de Convênio indicadores Ethos
- Grupo de Trabalho RSE e Combate à Pobreza (secretaria executiva)
- Programa Latino-Americano de RSE (PIARSE – secretaria executiva)
- Programa Tear – Tecendo Redes Sustentáveis
- UNIETHOS

-... tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa.:

- Corredores Ecológicos
- Direitos Humanos e Responsabilidade Social Empresarial
- Fórum Amazônia Sustentável/Conexões Sustentáveis
- Agenda Trabalho Decente
- Pacto contra o Trabalho Escravo
- Programa Empresas pela integridade e Contra a Corrupção
- GT Empresas e Cidades Sustentáveis
- Comitê Brasileiro Pacto Global

A segunda parte da missão do *Instituto Ethos* (“Ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável”) leva ao desenvolvimento da missão do *Uniethos* (entidade do Instituto Ethos dedicado à educação das empresas para o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social): “Ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, por meio da educação e da orientação

de lideranças, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável”.

A missão do Uniethos é também dividida em três partes de acordo com as atividades realizadas por esse:

-Ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável:

Programas educacionais:

- Cursos abertos
- Cursos *in company*
- Programa Gestão Estratégica para a Sustentabilidade

-... por meio da educação e da orientação de lideranças:

Assessoria:

- Facilitação da aplicação dos indicadores Ethos
- Apoio ao planejamento estratégico de sustentabilidade
- Convênio Indicadores Ethos na Gestão da Cadeia de Valor
- Programas com Apoiadores institucionais

-... contribuindo para a construção de uma sociedade sustentável e justa. :

Grupos de trabalho

- Grupo de Trabalho Ethos ISO 26000
- Grupo de Trabalho Global Reporting initiative
- GRES – Grupo Referencial de Empresas em Sustentabilidade

A divisão das atividades entre o Instituto Ethos e o Uniethos é também uma clara distinção entre duas funções do Instituto: a de atualizar e articular os conceitos e conhecimentos do movimento de responsabilidade social; e a de educar as empresas de acordo com essa articulação.

Ainda na parte denominada *Nossa Jornada*, é apresentada uma linha do tempo, desde o surgimento do Instituto Ethos. De acordo com o relatório, o Instituto Ethos foi criado nos anos 1990 quando as empresas ainda resumiam suas atividades sociais à filantropia (eram empresas sociais, não empresas cidadãs). O empresário Oded Grajew, em conjunto com o também empresário Valdemar de Oliveira Neto, trouxe dos Estados Unidos o debate sobre responsabilidade social empresarial fomentado pelo *Business for Social Responsibility* (BSR). Eles propuseram ao BSR a extensão do debate sobre RSE para empresas da América Latina. Foi realizada então, em 2001, a *I Conferência de Responsabilidade Social nas Américas*. A partir disso, o movimento de RSE se expandiu no Brasil.

A comparação feita no relatório entre o momento no qual o *Instituto Ethos* foi criado (1998) e o momento no qual o relatório foi publicado (2008) apresenta como principal distinção a diferença entre a ação filantrópica das empresas e a conduta socialmente responsável. Essa diferença diz respeito a duas categorias de empresas: a empresa social e a empresa cidadã. A primeira, no Brasil, se consolida com a *Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas*, publicada em 1965, e delineia uma empresa que, além de suas atividades produtivas, exerce uma atuação social alheia às atividades da corporação. A segunda, emerge no final dos anos 1990 pela expansão do movimento de responsabilidade social nas Américas, trazido dos Estados Unidos e consolidada pelo *Instituto Ethos*. Trata-se de uma empresa que em sua produção adota uma prática socialmente responsável, sem desviar seus recursos para assuntos sociais, mas aliando-os ao seu processo produtivo e a seus lucros. As demandas sociais são incorporadas aos negócios das empresas tornando-se sua própria atividade: a

produtividade da empresa, que gera lucros, responde também às necessidades dos consumidores, da comunidade e dos acionistas. O lucro não se dissocia da responsabilidade com a sociedade e com o meio ambiente, uma vez que a produção é por si mesmo sócio e ambientalmente responsável.

O relatório mostra que as empresas já aderiram à responsabilidade social empresarial e tornaram-se empresas cidadãs e o Instituto direcionou-se para o espaço em que as empresas atuam: o mercado e a economia. O argumento para esse novo foco é o de que a empresa não pode ser sustentável se o mercado não compartilhar desses valores. O vice-presidente do instituto, Paulo Itacarambi, afirma que: “a mobilização voluntária das empresas em torno de uma mudança de cultura de gestão tem esbarrado em limites que põem em risco o avanço da sustentabilidade, como a falta de referências no mercado que balizem o nível de exigência da sociedade em relação ao comportamento das empresas. Por isso a necessidade de trabalhar o âmbito da economia”²⁵. O desafio para os próximos 10 anos (a partir de 2008) é, portanto, influenciar em uma reestruturação da economia. Sendo assim, o *Instituto Ethos* pretende vincular às propostas de RSE à *Carta da Terra*, transformando-a em referência para o movimento de sustentabilidade. Ricardo Young, vereador eleito pelo PV com mais de 100 mil votos, esclarece que “Consideramos a Carta o melhor compêndio sistematizado do que entendemos ser um padrão de desenvolvimento sustentável”²⁶. Tal conceito é definido no *Glossário dos Indicadores Ethos e Relatório Brundtland* da seguinte maneira: “Desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as

²⁵ Idem, p. 9.

²⁶ Ibidem, p.9.

futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades”²⁷.

Três iniciativas são apontadas como tendo contribuído para a incorporação dos conceitos de RSE na gestão das empresas: os Indicadores Ethos, criado em 2000, o Programa Tear, lançado em 2006, e o GRES (Grupo Referencial de Empresas em Sustentabilidade). A seção seguinte, *Mão na massa*, especifica as três iniciativas colocadas acima, descrevendo sua origem e seus desdobramentos. Os *Indicadores Ethos* são apreendidos a partir de um questionário de autoavaliação das empresas em relação à incorporação da responsabilidade social em suas gestões: “As empresas que se dispõem a avaliar o estágio de incorporação da RSE na sua gestão, com base nessa ferramenta de diagnóstico elaborada pelo instituto, respondem a um total de 461 perguntas.”²⁸. A partir dessa autoavaliação chega-se a um mapeamento completo da empresa e o direcionamento de possibilidades de melhorias. As empresas associadas ao Instituto Ethos tem a possibilidade de solicitar a aplicação dos Indicadores Ethos em empresas de suas cadeias de valor (Definição do conceito - fonte: *Glossário dos Indicadores Ethos* -: “Conceito de administração de empresas que designa a série de atividades relacionadas e desenvolvidas pela empresa para satisfazer as necessidades dos clientes, desde as relações com os fornecedores e ciclos de produção e venda até a fase da distribuição para o consumidor final”), o que possibilita o policiamento entre as empresas no que diz respeito à responsabilidade social. O *Programa Tear* – Tecendo redes sustentáveis, foi promovido em 2006 em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e tem como objetivo “trabalhar a competitividade e a sustentabilidade das pequenas e médias empresas (PMEs) por meio da atuação na cadeia das chamadas “empresas-âncoras”,

²⁷ *Relatório de Sustentabilidade Ethos e Uniethos (2008)*. p. 9.

²⁸ *Idem*, p. 10.

organizações de grande porte representativas do seu setor”²⁹. O GRES, por sua vez, tem como objetivos “criar referências de experiências empresariais em sustentabilidade, gerar cooperação entre as empresas participantes e mostrar evidências concretas de que é possível unir RSE ao desempenho positivo das empresas”³⁰. O vice-presidente do Instituto Ethos, Paulo Itacarambi, afirma que essas três iniciativas correspondem às três metodologias do instituto: os Indicadores Ethos tem uma função educacional, o Projeto Tear de difusão do conceito de RSE e o GRES busca a colaboração das empresas em torno da sustentabilidade.

O capítulo seguinte, *O Público e o Privado*, remete à criação do *Uniethos* em um momento em que se formava uma demanda das empresas “por capacitações customizadas para a inserção dos temas de RSE”³¹ que não podia ser atendida pelo Instituto Ethos. Essa impossibilidade se devia ao fato de que a natureza pública do instituto não permitia que esse cobrasse por serviços, o que poderia dar um caráter comercial ao Instituto Ethos. A solução foi a criação de uma entidade independente e privada dedicada à educação das empresas para a responsabilidade social: o Uniethos.

A seção *Encontro Mercado* fala sobre as Conferências Ethos e seu início em 1999. Nessas conferências a pauta sempre foi a responsabilidade social, no entanto, enquanto nas primeiras edições buscava-se a difusão e a “sensibilização” das empresas em relação à RSE, a partir de 2005 essa reflexão se expandiu para articulação das empresas com outros “atores sociais” e em 2008 o tema se voltou para a criação de um mercado socialmente responsável.

²⁹ Idem, p. 12.

³⁰ Idem, p.13.

³¹ *Relatório de Sustentabilidade Ethos e Uniethos (2008)*. p.13.

Carta Empresarial sobre o uso da Biodiversidade Brasileira

A Carta é um movimento voluntário das empresas assumirem uma série de responsabilidades e compromissos para protegerem a biodiversidade do Brasil e encorajarem o governo brasileiro a fazer o mesmo. Buscando atingir este último objetivo, a carta foi enviada ao presidente da República no período e aos candidatos a futuros presidentes. Os objetivos da Carta são: “Promover a mobilização do setor empresarial brasileiro para o Ano Internacional da Biodiversidade; Levar um posicionamento empresarial ao governo brasileiro por meio da Carta Empresarial sobre o uso da Biodiversidade Brasileira, assumindo compromissos e solicitando ações internas e externas; e Maximizar a iniciativa com o envolvimento da sociedade civil”³².

A estrutura da Carta é dividida entre os compromissos assumidos pelas empresas signatárias e as propostas feitas ao governo brasileiro, que dizem respeito à sua participação na COP-10 e sua atuação, que ocorreu em outubro de 2010. Neste documento, a constatação do papel central das empresas signatárias em relação ao assunto da biodiversidade em detrimento da função do Estado, ao qual é feita uma reivindicação, não é exata. Há ainda a dependência das empresas em relação ao Estado quando cuidando de temas que, inicialmente, diriam respeito apenas ao governo, como consta na própria Carta Empresarial sobre o uso da Biodiversidade Brasileira: “os governos têm liderança e autonomia para a tomada de decisões nos territórios sob sua responsabilidade”³³. O conceito de um Estado-rede (Castells, 1999), que compartilha sua

³² *Carta Empresarial sobre o uso da Diversidade Brasileira*. Consultado em: http://www.alcoa.com/brazil/pt/sustainability/pdfs/CARTA_EMPRESARIAL_MEB.pdf. Acesso em 12 dez. 2011.

³³ Idem

autoridade por diversas instituições, não é desta forma invalidado, mas, levando-se em conta o artigo de Rudá Ricci, no Estado brasileiro se dá concomitantemente com sua característica própria de centralização de tarefas, mesmo quando descentralizado.

Embora em convenções como a COP-10 haja a participação de técnicos e representantes de empresas, a liderança da delegação brasileira é do Itamaraty. É também importante ressaltar a importância do Direito, tanto internacional quanto nacional, quando se diz respeito à vinculação de outros Estados ou da sociedade civil em relação a compromissos assumidos. Portanto, pode-se concluir que se entre as empresas as responsabilidades são assumidas voluntariamente o mesmo não se dá quando o tema se estende para além do âmbito de competição corporativa. Sendo assim, os interesses empresariais, em determinadas circunstâncias, necessitam de representação estatal e quem articulará este “pedido” por representação são organizações como o Instituto Ethos.

A Conferência Internacional Ethos 2012

A Conferência Internacional Ethos 2012 “A empresa e a nova economia - O que muda com a Rio+20?” foi realizada entre os dias 11 e 13 de junho. Durante esses três dias a discussão realizada em mesas e painéis girou em torno do que os empresários e o Ethos esperavam, e deveriam esperar, da Rio+20 para, ao final da conferência, elaborar um documento com propostas para o evento. A responsabilidade social em si não foi colocada em momento algum em questão; o desafio agora é como implantá-la da melhor forma. O desenvolvimento sustentável, a energia renovável, a transparência, a igualdade, a inclusão e a participação são os termos-chave para essa implantação e permearam todas as discussões feitas pelo *Instituto Ethos*.

A importância dessa conferência está na passagem que buscou desempenhar. A concretização de um discurso sustentável e socialmente responsável não é mais considerado necessário, ele já é tido como indispensável, mais uma vez, o desafio é como implementá-lo. Além disso, é possível pensar na conclusão da passagem da empresa social para a empresa cidadã: não há mais a possibilidade de não concluir essa passagem, ela é indispensável. Tal processo pode ser percebido na nova geração de *Indicadores Ethos* (indicadores utilizados pelas empresas para realizarem o balanço social) que busca agora um balanço social não mais anexo ao balanço financeiro, mas juntos, em um balanço só. Ou seja, a atividade social da empresa, que na empresa social era apartado de suas atividades produtivas, deve ser agora incluída na cadeia de valor da empresa, estando presente em todo o processo produtivo, o que caracteriza a empresa cidadã. É claro que as empresas já estavam muito mais direcionadas para uma empresa cidadã do que para uma empresa social, mas é a junção dos balanços que determinará a conclusão dessa passagem.

É importante colocar que essa conferência realizada pelo *Instituto Ethos* é um espaço criado pelo próprio instituto para cristalizar as verdades produzidas por ele. Se durante o resto do ano, o Instituto se vale da produção de notícias, workshops e documentos, nesse momento as empresas associadas (e também as não-associadas que se interessam pelo assunto) são imersas nessa circulação de conceitos, obrigações e direitos sobre os quais elas não podem desconhecer. Além disso, constatei haver um reconhecimento entre as empresas e com o instituto na medida em que todos acreditam estar buscando os mesmos propósitos. É essa “quase fórmula” colocada que dá uma solução para as empresas em relação à busca do lucro e o compromisso social e

ambiental. A responsabilidade social empresarial é uma resposta para esse impasse, transformando a empresa que visa o lucro em uma empresa cidadã, que faz parte da sociedade e a melhora, e possui virtudes como a transparência e a honestidade.

Participei de 3 mesas da Conferência: “Lançamento do livro Oportunidades e desafios da nova economia”, “Indicadores Ethos de 3ª geração e Global Report Initiative” e “Plenária Ethos para a Rio + 20”.

“Lançamento do livro Oportunidades e desafios da nova economia”

No lançamento do livro de Abramovay destacou-se que a forma de consumir deve mudar imediatamente. Há o despontar de uma nova economia (verde, incluyente e sustentável) a ser levada até as últimas consequências, de acordo com os presentes na mesa. As empresas tem um papel importante na medida em que usufruem de recursos naturais que são agora do interesse de todos. Sendo assim, todos tem o direito de participar e serem incluídos. A participação social na gestão das empresas, os balanços sociais cada vez mais frequentes e o rastreamento da cadeia produtiva das empresas são os novos meios colocados para permitir essa inclusão da sociedade.

A nova economia colocada, que tem como base o desenvolvimento sustentável deve ser uma resposta à crise mundial iniciada em 2008 nos Estados Unidos. Observei que em todas as mesas, e ao final de cada uma, havia uma interação com o público (empresários, em maior parte) por meio de uma votação. A pergunta feita após essa mesa foi: o desenvolvimento sustentável é uma resposta à crise mundial? Diante de alguns poucos votos que negaram essa afirmação, a mediadora e os participantes da mesa se mostraram indignados com a possibilidade de alguém “ainda não ter entendido” essa

questão. Isso mostra que o desenvolvimento sustentável enquanto solução mais do que consenso, deve ser unanimidade. Não há nesse espaço questionamento algum sobre esse discurso, é um discurso cristalizado.

“Indicadores Ethos de 3ª geração e Global Report Initiative”

Essa mesa foi expressiva para mostrar o fim da passagem da empresa social para a cidadã: os Indicadores e o GRI hoje não precisam mais induzir as empresas a aceitarem a responsabilidade social, mas fornecer meios para que elas o façam e cada vez mais integrar a ação social da empresa à sua cadeia produtiva, de modo que os balanços social e financeiro tornem-se um só.

Embora aceitos (ou colocados dessa forma pelo *Instituto Ethos*) como indispensáveis, o balanço social é ainda apresentado como uma atitude voluntária das empresas. Mas o porquê das empresas aderirem a esse controle não é completamente claro. Mediante esse questionamento, fiz a seguinte pergunta aos debatedores:

Os Indicadores Ethos, assim como o Global Reporting Initiative, são apresentados como uma escolha voluntária das empresas. No entanto, existe ainda um espaço para a não-adesão a essa forma de controle? Esses relatórios se tornaram uma obrigação? Se não, o que leva as empresas a se submeterem a um monitoramento ao qual não precisam se submeter?

Gláucia Terreo, do *Global Report Initiative* e Solange Rubio, do *Instituto Ethos*, de prontificaram a responder minha questão:

Solange- *Quando você preenche os Indicadores, significa que você quer uma gestão sustentável na sua empresa. Por que as empresas relatam: Porque querem mostrar o trabalho que estão fazendo e assim podem se tornar referência para outras*

empresas. O Ethos acredita que a empresa é um ator muito expressivo para mudar a sociedade, fazer a diferença. É possível não aderir, nós convidamos à adesão.

O uso do Indicadores previne riscos e antecipa oportunidades, o que o Estado irá demandar e que será transformado em legislação. O Ethos antecipa uma coisa voluntária que se tornará obrigatória por meio do Estado. Por que medir? Para avançar melhor. Por que mostrar? Para poder ser fonte de experiência (ética e transparência) criando valor para o negócio e para sociedade.

Gláucia- É confidencial, é gratuito, é de altíssima qualidade. Por que não usar ? Existe uma tendência forte em direção à transparência. As empresas que já estão fazendo isso terão facilidade para atender a uma futura legislação.

Nessas duas respostas de Solange do *Instituto Ethos* e Gláucia do *GRI* ficam claro que de acordo com essas duas instituições o monitoramento e o controle das empresas são desejados por elas próprias, pois de um lado, garante sua transparência em relação à sociedade (o que adiciona virtudes a essa empresa) e, de outro lado, serve como referência para outras empresas. Ainda de acordo com elas, as empresas querem mostrar o que estão fazendo, pois se esforçam para serem socialmente responsáveis. Em relação a isso ainda ficam algumas questões, pois se o balanço social é confidencial, como pode servir de referência a outras empresas. E ainda, para que serve um balanço social que não é publicado? A resposta está nessas mesmas falas: essa produção de verdades antecipa, de forma voluntária e “descompromissada” uma legislação, que tornará esse chamado “desejo” por se mostrar em obrigações para a empresa. O Ethos, portanto, educa as empresas, antecipadamente, para quando a lei vier, saibam se ajustar a ela. Isso possibilita pensar que o Instituto Ethos não só convoca à participação no sentido de melhorar a sociedade, mas convida as empresas a participarem e produzirem juntamente com o instituto as verdades socialmente responsáveis.

A *Lei de Responsabilidade Social*, a qual já foi tratada no início do relatório, encontra-se ainda arquivada. Esse projeto de lei é a iminência de uma obrigatoriedade que pode se dar na forma de regulamentação ou de auto-regulação. O *Instituto Ethos*, que não só acompanha a tramitação desse processo como o endossa, trabalha no sentido de antecipar (como foi colocado por Solange) esse dever, criando assim a possibilidade de esse se exercer de dentro pra fora: as empresas (e também as ONGs e as OSCIPs) querem esse dever pra si, pois o reconhecem como bom para todos.

Plenária Ethos

A elaboração de um documento com o posicionamento das empresas para a *Rio + 20* foi o tema da mesa final da *Conferência Ethos*. O documento foi dividido em duas partes: a primeira contém compromissos assumidos pelas empresas signatárias, e a segunda, as demandas exigidas dos chefes de Estado e do governo. Ignacy Sachs, que participou desse encerramento, declarou que suas expectativas (e das empresas ali presentes e signatárias do documento) em relação a *Rio +20* era a definição de medidas para um desenvolvimento incluyente e sustentável da população, reduzindo as diferenças entre países e dentro deles, além do investimento em energia renovável. Esse documento será apresentado na sessão seguinte: *Instituto Ethos e parceiros: Rio+20*.

Instituto Ethos e parceiros: Rio + 20

O *Instituto Ethos* se envolveu diretamente com a *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável*, a *Rio+20*. A influência do *Instituto Ethos* na *Rio+20* se deu de duas maneiras: por meio da participação da Comissão Nacional que elaborou o posicionamento oficial do Brasil e na construção de um posicionamento próprio anterior

ao evento, que envolveu a discussão com 90 instituições entre empresas e sociedade civil e um posicionamento a ser apresentado na *Rio+20*.

Dentro da *Rio+20*, o *Instituto Ethos* organizou ou coorganizou as seguintes atividades:

- Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável;
- Seminário de articulação e pré-lançamento da União Global pela Sustentabilidade;
- Megaeventos como oportunidade à transição para uma economia verde, includente e responsável: A Copa e as Olimpíadas no Brasil;
- Lançamento da União Global pela Sustentabilidade;
- Novo Contrato Social para o Século XXI (co-organizado pelo Ethos e pelo Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa);

Nos Diálogos para o Desenvolvimento sustentável, a contribuição do *Instituto Ethos* foi com a apresentação do documento elaborado na *Conferência Ethos* pelo *Instituto Ethos* e seus parceiros, denominado *Compromissos e Demandas para a Construção do Futuro que Queremos* e será aqui analisado.

Propostas das Instituições Signatárias Quanto ao Posicionamento do Brasil, Sociedade Civil e Governo, nas Negociações da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)

O *Instituto Ethos* enviou para o governo brasileiro e para a ONU, antes da realização da *Rio+20*, um documento de posicionamento sobre o que deveria ser o evento. Tais propostas foram discutidas e assinadas por mais de 90 instituições.

Em relação à *Rio+20*, o governo brasileiro se posicionou a favor da inclusão

social e do combate à pobreza, além de uma mudança na governança mundial, de forma a fazer com que as discussões feitas no evento “sejam sobre o modelo de desenvolvimento que o mundo precisa para melhorar as condições de vida das pessoas”³⁴. Já o documento em questão do Instituto Ethos e parceiros dirige seu foco para a crise mundial e entende como principais tarefas da Rio+20:

- fazer uma articulação entre a conferência e a busca de soluções para a crise;
- estabelecer uma agenda de transição para uma economia verde, incluyente e responsável;
- estimular uma atuação dos governos no sentido de formular planos nacionais de desenvolvimento sustentável; e
- construir um novo marco institucional no âmbito da ONU.

O documento do *Instituto Ethos* enviado à ONU é balizado por duas proposições: (1) Construção da transição para uma economia verde no contexto da erradicação da pobreza e (2) Construção de novo marco institucional. A primeira proposição defende uma transição da economia atual para uma economia verde, incluyente e responsável. Para tanto, o documento propõe a adoção de várias diretrizes econômicas por todos os países. A inclusão, a responsabilidade e o desenvolvimento sustentável, que até 2007 (nas atividades do *Instituto Ethos*) eram direcionados exclusivamente às empresas e à sociedade civil, passam a serem valores que devem ser incorporados à economia e ao mercado. A segunda proposição diz respeito à “superação da atual insuficiência institucional global, alterando-se o marco institucional, tanto no plano nacional quanto global, de forma a eliminar o desequilíbrio entre as quatro dimensões do

³⁴ *Instituto Ethos e parceiros: Rio+20*. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/rio20/>. Acesso em 12 jan. 2012.

desenvolvimento sustentável (social, econômica, ambiental e ética)”³⁵ o que só pode ocorrer com a “construção de novo marco institucional” que ofereça “os mecanismos de coordenação, cooperação, avaliação e controle necessários à ambiciosa agenda de transição”³⁶.

Compromissos e Demandas para a Construção do Futuro que Queremos

No Comitê “Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável”, o Instituto Ethos apresentou o documento intitulado *Compromissos e Demandas para a Construção do Futuro que Queremos*, nome que lembra o documento publicado em 1987 pela Comissão Brundtland *Nosso futuro comum* (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991) . Dividido em nove Compromissos de Ação e nove Demandas aos Chefes de Estado e de Governo, o documento apresentado pelo Instituto Ethos na Rio+20 busca mudanças não apenas para o futuro da próxima geração, mas para o *nosso* futuro.

Os compromissos e demandas têm como objetivo, retomando o documento pré-Rio+20, criar um “caminho seguro de transição do atual modelo de desenvolvimento à emergência de uma economia verde, includente, responsável³⁷.” (*Compromissos e*

³⁵ Idem

³⁶ Idem

³⁷ Segundo o posicionamento do Instituto Ethos e seus parceiros, uma **economia verde** é a que procura assegurar uma relação amigável entre os processos produtivos da sociedade e os processos naturais, promovendo a conservação, a recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas e tratando como ativos de interesse público os serviços que eles prestam à vida; uma **economia includente** é a que procura o atendimento das necessidades e direitos de todos os seres humanos, promovendo o desenvolvimento equilibrado entre os capitais financeiro, humano, social e natural, a distribuição equitativa da riqueza e das oportunidades para a geração de renda e o acesso a bens e serviços públicos, assegurando, assim, condições

Demandas para a Construção do Futuro que Queremos, 2012, p.1). A distribuição de compromissos e demandas entre as empresas e institutos e o Estado mostra uma separação entre ação e regulação. Se para o *Instituto Ethos* e parceiros são reservadas funções como Compromisso com a redução das desigualdades, Compromisso de contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema político e da democracia e Compromisso com a educação, valores e cultura; parece-me que aos governos ficam as funções de criar os meios e mecanismos para que essas ações possam ser concretizadas. Entre as demandas colocadas para os chefes de governo estão: Desenvolvimento de novos padrões de contabilidade, Políticas de incentivo às atividades sustentáveis e desincentivo progressivo às atividades não-sustentáveis e Planos nacionais de desenvolvimento sustentável. Como mostrado antes, quando o Estado começa a transferir algumas de suas atividades para os setores não-estatais, por uma lado, há a descentralização das atividades estatais, por outro lado, há a concentração do poder de regulação e fiscalização no Estado.

Novo Contrato Social

O lançamento do projeto *Novo Contrato Social para o Século XXI* coorganizado pelo *Instituto Ethos* e o *Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa* (Unitar) e com apoio da TV Globo, Natura e CPFL ocorreu do dia 23 de junho de 2012, um dia após o término da *Rio+20*. A iniciativa partiu de Carlos Lopes, secretário-adjunto da ONU e diretor-executivo da Unitar e foi apoiada pelo presidente do Instituto Ethos,

de vida digna para toda a população, erradicando a pobreza e reduzindo as desigualdades sociais; uma **economia responsável** é a que procura fortalecer o conjunto dos princípios e valores humanísticos e universais que sustentam o funcionamento democrático das sociedades e mercados, por meio do desenvolvimento de valores éticos e de integridade, promovendo uma cultura de transparência e mecanismos de combate à corrupção. (Retirado do documento *Compromissos e Demandas para o Futuro que Queremos*, 2012, p.1)

Jorge Abrahão. A proposta sustentada foi a de uma revisão e atualização para o século XXI da obra escrita por Jean Jacques Rousseau no século XVIII. Esse Novo Contrato Social, como foi colocado no evento, deve ter como bases a solidariedade, a inclusão e a convivência adequada com a natureza.

A participação na criação do novo contrato foi frisada como essencial, pois o contrato não deve partir dos governos, mas da sociedade civil: “Devemos fazer a nossa parte, como Rousseau fez a dele, ao colocar o dedo na ferida da desigualdade.”³⁸. O Novo Contrato Social, para que seja planetário, dependerá da consulta a todos os povos e culturas, os princípios fundadores, como afirmou Jorge Abrahão, “não virão de uma só mente ou de um só grupo”³⁹.

A ideia é que haja a adesão de contratos sociais por cada um dos países-membros da ONU e que, segundo artigo do economista Ignacy Sachs, o contrato seja baseado “no tripé justiça social, sustentabilidade ambiental e viabilidade econômica, esta última a ser implantada por meio de uma cooperação quadripartite entre os Estados desenvolvimentistas, os empresários e os trabalhadores dos setores público e privado, sem esquecer a sociedade civil organizada” (Sachs, 2012). Além disso, é necessário que haja “um megacontrato social em nível planetário” (Sachs, 2012) o qual deve seguir dois objetivos: garantir o trabalho decente para todos, com vistas a diminuir as desigualdades sociais existentes hoje, e deixar um planeta habitável para as gerações futuras.

A energia foi destacada como um tema central: as energias não-renováveis estão se esgotando e o aquecimento global se intensificando. Por isso, as políticas energéticas

38

Consultado no site do Instituto Ethos www.ethos.org.br. Acesso em 17 jan. 2013.

39

Idem.

devem ser pensadas levando em conta tanto a conscientização no consumo como a busca de eficiência por meio de energia hidráulica, solar, eólica, maremotriz e bionergia. Ignacy Sachs afirmou que é preciso um planejamento participativo que tenha dois pilares como base: segurança alimentar, a qual seria garantida pela tecnologia verde, e segurança energética, com a eliminação gradual dos combustíveis fósseis. A cooperação internacional, condição para que esse planejamento seja efetivo, deve se dar, ainda de acordo com o economista, não organizada pelos eixos Norte-Sul, mas em biomas.

Biomas são definidos pela WWF (*World Wild Life*) como “uma grande porção de terra ou água onde há um conjunto geograficamente distinto de espécies, comunidades naturais e condições ambientais”⁴⁰, quanto mais biodiversidade em um bioma, mais valioso ele é considerado. Ainda com base na definição da WWF, os limites entre um bioma e outro não são claramente definidos, mas correspondem a áreas onde importantes processos evolucionários e ecológicos interagem mais intensamente.

A organização pautada pelos biomas tem como objetivo o aproveitamento mais eficiente de recursos renováveis “das florestas tropicais da América Latina, da África e da Ásia, dos cerrados e das savanas etc.” (Sachs, 2012). O uso de definições e delimitações próprias da ecologia para desempenhar estratégias políticas mostra como o discurso sustentável é modulável e como pode ser adaptado a diferentes situações, atrelando, dessa forma, uma racionalidade sócio-econômica a um termo inicialmente exclusivamente biológico. Usar os termos ecológicos de forma política é também politizá-los, levando em conta Michel Foucault: dizer é fazer (1996).

40

“[a] large unit of land or water containing a geographically distinct assemblage of species, natural communities, and environmental conditions”. Consultado no site da WWF <http://worldwildlife.org/biomes>. Acesso em 17 jan. 2013.

Coloca-se em questão a inclusão de “racionalidades ecológicas de governo” (Malette, 2011, p.4) à governamentalidade neoliberal, apontando para a emergência de uma *ecogovernamentalidade*. A inclusão da “natureza” na racionalidade governamental determina uma nova disposição e relação entre as coisas, baseadas na ecologia. Essa *governamentalidade verde* é permeada por novas regulações que tem como foco a promoção da vida e como meio a preservação da natureza. As regulações ambientais tendem a ser constantemente atualizadas de modo a determinar o papel de cada um na garantia de um futuro para as próximas gerações. Quando foi colocada a questão sobre a necessidade de um novo contrato social, uma vez que já existem a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, a *Agenda 21* e a *Carta da Terra*, a resposta foi a de que precisamos “de um novo conteúdo para cuidar da forma como agimos”⁴¹. A ideia, portanto, é a criação de um novo acordo planetário para governar as condutas, garantindo que todos participem, ou, ao menos, que se sintam responsáveis.

3. Resumo e conclusões finais

O Terceiro Setor surgiu no Brasil quando, no início da década de 1990, o Estado e suas funções passam a ser repensados pelos chefes de governo de então. Tendo em vista a ineficiência do Estado em responder a demandas da sociedade, o governo Fernando Henrique Cardoso dedicou-se à reconfiguração das atividades estatais. Dessa forma, as atividades não-exclusivas do Estado começam a ser transferidas para setores não-estatais, determinando uma descentralização das tarefas estatais, mas não de seu poder. De um lado, o Estado diminui suas tarefas ao redistribuí-las, e de outro, seu poder regulador é

41

Consultado no site do Instituto Ethos www.ethos.org.br. Acesso em 17 jan. 2013.

intensificado. As instituições que recebem as atividades estatais não são de maneira alguma desvinculadas do poder estatal: o que essas instituições devem ser, como devem funcionar e os limites de sua atuação são determinadas pelo Estado.

A lei das OSCIPs dá continuidade, em 1997, a essa transferência das atividades estatais, contribuindo para a formação do Terceiro Setor. O *Instituto Ethos* surge um ano depois, atribuindo-se as funções de educar e fiscalizar as empresas em direção a um desenvolvimento sustentável por meio da *Responsabilidade Social Empresarial*. O *Instituto Ethos* é constitutivo de uma nova institucionalização da sociedade de controle construída e sustentada pelo discurso socialmente responsável. Esse discurso socialmente responsável não só sustenta o instituto como é atualizado e afirmado por ele e por seus parceiros, legitimando um *regime de verdades* específico. O *Instituto Ethos* produz e legitima suas verdades por meio de suas publicações, documentos e eventos vinculados à economia.

A relação estabelecida entre o *Instituto Ethos* e as empresas se baseia em um consenso: a urgência da responsabilidade social para alcançar o desenvolvimento sustentável. O *Instituto Ethos* incentiva e assume uma função de *polícia da vida*, baseando-se na fiscalização mútua e na transparência. A transparência, a responsabilidade e a moderação são apresentadas como virtudes. Todos devem participar e vigiar faz parte dessa participação. No entanto, as empresas querem ser monitoradas não só porque isso lhes atribui características morais louváveis, mas também, pois, como foi argumentado na *Conferência Internacional Ethos*, as condutas colocadas para as empresas pelo *Instituto Ethos* não são obrigatórias, mas antecipam uma legislação.

A convocação à participação é uma tecnologia de poder que faz parte de uma

governamentalidade neoliberal e que é moldada e utilizada pelas práticas do *Instituto Ethos*. A construção do Estado baseado na racionalidade neoliberal conforma uma nova governamentalidade que tem como tecnologia de poder o meio ambiente. O meio ambiente foi entendido nessa pesquisa como um dispositivo que surge em 1972, na *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano* e tem seu objetivo dirigido para o desenvolvimento sustentável. O *Instituto Ethos* e seus parceiros com funções similares inserem-se nessa governamentalidade, contribuindo para um governo das condutas no qual o desenvolvimento sustentável é objetivo. A inclusão do meio ambiente no governo das condutas aponta para a emergência de uma ecogovernamentalidade, a qual será estudada nos próximos doze meses de vigência dessa pesquisa.

4. Resumo do Planejamento para os próximos doze meses

Os[Nos] próximos doze meses irão dar[ei] continuidade ao tema de Iniciação Científica aqui apresentado. Como já colocado aqui, a criação do Instituto Ethos, em 1998, com padrões de conduta trazidos de instituições similares da Europa e dos Estados Unidos, e a realização da *I Conferência de Responsabilidade Social nas Américas*, em 2001, deu início à formatação, no Brasil, do conceito de responsabilidade social empresarial. Desde então, opera-se um deslocamento da filantropia, que caracterizava as empresas sociais dos anos 1960, para a ação socialmente responsável, característica de um novo tipo de empresa denominado cidadã. O papel do Instituto Ethos nessa passagem é crucial, portanto, minha pesquisa se concentrou nessa institucionalização.

O Instituto Ethos é analisado nessa pesquisa como uma nova institucionalização que

se constrói em torno do discurso socialmente responsável, cujo papel é conduzir a conduta empresarial. Essa nova institucionalização se dá na sociedade de controle e caracteriza-se por uma função policial que incentiva o monitoramento voluntário entre as empresas, o qual se justifica na medida em que a transparência é considerada uma virtude a qual todas as empresas devem perseguir. A *convocação à participação* (Passetti, 2003) e a valorização dos conceitos de transparência, responsabilidade e moderação são características das novas tecnologias na sociedade de controle, operando novas institucionalizações.

O objetivo, agora, é entender[compreender] até que ponto essas relações (entre o Instituto Ethos e as empresas, entre as próprias empresas e entre as empresas e a chamada sociedade civil) são mensuradas e moduladas por mecanismos, princípios e práticas democráticos, levando em conta o mapeamento de documentos, eventos e outras produções desse Instituto, assim como as análises dos dados levantados ao[na] da Iniciação Científica [encerrada]. O estudo do exercício da democracia tido como um direito e um dever será importante para entender como se constitui essa empresa, em constante aperfeiçoamento, chamada de empresa cidadã voltada para a inclusão: da chamada sociedade civil e de outras empresas.

O método genealógico de análise das relações de poder, proposto por Michel Foucault e a forma de produção de verdades, orienta essa proposta. Continuarei a mapear e analisar o discurso que o Instituto Ethos produz e pelo qual se sustenta.

Cronograma referente aos próximos doze meses

Meses	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Atividades												
Levantamento bibliográfico sobre democracia												
Coleta de notícias												
Levantamento de documentação no site do Ethos												
Levantamento de empresas associadas ao Ethos												
Estudo das práticas democráticas empresariais												
Sistematização bibliográfica												
Sistematização dos documentos e materiais do site do Ethos e de empresas selecionadas												
Participação em Seminários Internos												
Sistematização de notícias												
Relatório Final												

5. Bibliografia

Obras de Michel Foucault:

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Editora Graal. Rio de Janeiro, 1981.

_____. *O sujeito e o poder*. In DREYFUS, Hubert L., RABINOW, Paul. Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. 1982.

_____. *Crítica y Aufklärung* [“*Qu’est-ce que la Critique?*”]. Tradução de Jorge Dávila. Revista de Filosofia – ULA, nº 08, 1995a, p.05-30. (Disponível em <http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/15896/1/davila-critica-aufklarung.pdf>)

_____. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola. São Paulo, 1996.

_____. *Nascimento da Biopolítica*. Tradução de Eduardo Brandão. Martins Fontes. São Paulo, 2008a.

_____. *Segurança, Território, População*. Tradução de Eduardo Brandão. Martins Fontes. São Paulo, 2008b.

_____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

_____. *História da Sexualidade*, vol.1. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A.Guilhon Albuquerque. Editora Graal. São Paulo, 2010.

_____. *História da Sexualidade*, vol.2. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A.Guilhon Albuquerque. Editora Graal. São Paulo, 2010.

Fontes bibliográficas:

AUGUSTO, Acácio. *Política e Polícia*. In VEIGA-NETO, Alfredo e CASTELO BRANCO, Guilherme (Orgs.). Foucault: Filosofia & Política. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

CAMARGO, Maria Eugênia; JACOBI, Pedro Roberto. Jogos de papéis em diálogo com a educação ambiental: aprendendo a participar da gestão dos recursos hídricos na região metropolitana de São Paulo. In RIBEIRO, Wagner Costa (Org.). *Rumo ao pensamento crítico socioambiental*. Editora Annablume, São Paulo, 2010. p. 309 a 328.

CASTELLS, Manuel. Para o Estado-rede: globalização econômica e instituições políticas na Era da Informação. In PEREIRA, L.C. Bresser, WILHEIM, Jorge e SOLA, Lourdes. *Sociedade e Estado em Transformação*. Editoras UNESP e ENAP. São Paulo, Brasília, 1999.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*. Editora Autêntica. Belo Horizonte, 2009.

CLAPHAM, Andrew. *Human Rights Obligations of Non-State Actors*. “Corporations and Human Rights”. Oxford University Press Nova Iorque, 2006.

DELEUZE, Gilles. “Post-scriptum sobre as sociedades de controle” In: *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2010.

Instituto Socioambiental. *Almanaque Brasil Socioambiental 2005*. São Paulo, 2004.

LAZZARATO, Maurizio. *O governo das desigualdades*. Edufscar. São Carlos, 2011.

LÓPEZ-RUIZ, O. *O ethos dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo*. 2004.375 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

MARTINELLI, Antônio Carlos. “Empresa-cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora”. In: IOSCHPE, Evelyn B. *Terceiro setor: desenvolvimento social*

sustentado. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1997.

PASSETTI, Edson. *Ecopolítica: procedências e emergência*. In VEIGA-NETO, Alfredo e CASTELO BRANCO, Guilherme (Orgs.). Foucault: Filosofia & Política. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

SENNETT, R. Carne e pedra. Rio de Janeiro-São Paulo, Record, 1997.

SETZER, Joana; GOUVEIA, Nelson. Princípio da precaução: da origem ética à sua aplicação prática. In RIBEIRO, Wagner Costa (Org.). *Rumo ao pensamento crítico socioambiental*. Editora Annablume, São Paulo, 2010. p. 35 a 54.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. *Balanço Social*. Editora Atlas, São Paulo, 2001.

WEBER, Max. H. H. Gerth e C. Wright Mills (Orgs.). *A Política como vocação*. In. Ensaio de Sociologia. Editora Zahar. Rio de Janeiro, 1971.

Documentos:

BRASIL (1995). Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília.

ETHOS, (2008). *Relatório de Sustentabilidade Ethos e Uniethos*. São Paulo, Instituto Ethos.

ETHOS, (2012). *Compromissos e Demandas para a Construção do Futuro que Queremos*. São Paulo, Instituto Ethos.

ETHOS, (2012). *Propostas das Instituições Signatárias Quanto ao Posicionamento do Brasil, Sociedade Civil e Governo, nas Negociações da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)*. São Paulo, Instituto Ethos.

MEB, (2010). *Carta Empresarial pela Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade*. Movimento Empresarial pela Biodiversidade.

Artigos:

CARNEIRO, Beatriz Scigliano. A construção do dispositivo meio ambiente. Revista Ecológica, n.4. São Paulo, 2012. Disponível em: <www.revistas.pucsp.br/ecopolitica>. Acesso em: 20 jan. 2013.

RICCI, Rudá. Por uma Lei de Responsabilidade Social ou... Para se contrapor ao Estado-Facilitador. Revista Espaço Acadêmico, n.33, fevereiro. 2004. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br>. Acesso em: 08 de dez. 2012.

SACHS, Ignacy. Um Novo Contrato para o Século XXI. Página 22, Centro de Estudos em Sustentabilidade da EASP. São Paulo, Edição 61, março, 2012. Disponível em: <www.pagina22.com.br>. Acesso em: 17 jan. 2013.

MALETTE, Sébastien. Foucault para o próximo século: ecogovernamentalidade. Revista Ecológica, n.1. São Paulo, 2011. Disponível em: <www.revistas.pucsp.br/ecopolitica>. Acesso em: 18 jan. 2013.

Sites consultados:

Site do Instituto Ethos – www.ethos.org.br

Site do Uniethos – www.uniethos.org.br

Site InternEthos – www.internethos.org.br

Site Espaço Acadêmico - www.espacoacademico.com.br

Site da Controladoria-Geral da União – www.cgu.gov.br

Portal da Câmara dos Deputados - www.camara.gov.br

Site da WWF- www.worldwildlife.org

Site Green Nation – www.greennation.com.br

Site Agenda21 Empresarial – www.agenda21empresarial.com.br